

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

THAINARA DE ÁVILA ROCHA

**NEOLIBERALISMO E DESDEMOCRATIZAÇÃO: O NOVO EIXO DOS
ESTUDOS POLÍTICOS?**

GOIÂNIA
2022

THAINARA DE ÁVILA ROCHA

**NEOLIBERALISMO E DESDEMOCRATIZAÇÃO: O NOVO EIXO DOS
ESTUDOS POLÍTICOS?**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Mata Machado Tavares

GOIÂNIA
2022

THAINARA DE ÁVILA ROCHA

NEOLIBERALISMO E DESDEMOCRATIZAÇÃO: O NOVO EIXO DOS ESTUDOS
POLÍTICOS?

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa
de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade
Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Ciência Política.

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em: ___/___/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Mata Machado Tavares – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dra. Rayani Mariano dos Santos – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Thiago Aparecido Trindade – Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho não seria possível sem o apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, que de forma humana, ampliou os prazos para que o processo de pesquisa se desse de forma menos penosa durante esses anos de pandemia. Agradeço também aqueles professores que guiaram e ampliaram os horizontes para que essa dissertação pudesse ser realizada com um olhar novo e de perspectivas diversas. Obrigada a minha turma de 2019 que cuja união, principalmente no primeiro ano, tornou possível que conseguíssemos chegar até aqui. Um agradecimento especial ao meu orientador Franck, que com muita paciência me atura desde a graduação. Obrigada pela gentileza nesse processo de escrita, pela compreensão, pelo empenho, parceria e por acreditar no potencial desse trabalho. Obrigada a minha família, que nunca me deixou esquecer que eu deveria terminar a dissertação, me perguntando sempre que tinha a oportunidade – amo vocês. Nessa caminhada, obrigada ao Raul, Mariana, Fernanda, Kariny e Marlon que dentro desse processo conturbado foram de apoio e consolo, compartilhando sempre seus processos comigo. Obrigada as minhas duas pessoas favoritas no mundo inteiro Gabriel e Wellida. E por fim, obrigada, ao Gabriel – novamente – e Gustavo pelo apoio técnico e emocional, ficou mais fácil com vocês aqui.

RESUMO

Buscando identificar se existe a formação de um novo eixo de estudos na Ciência Política, nesse trabalho analisamos teorias políticas produzidas – principalmente na última década - que tratam da desconsolidação democrática. Essa análise é dada a partir da compreensão de que as relações fiscais são capazes de construir subjetividades e alterar a história de nações. Assim é explorada a relação entre neoliberalismo e declínio democrático. Nessas produções teóricas, de diversas frentes, dentro da Ciência Política é encontrado uma concatenamento entre a forma que a democracia vem se desfazendo paralelo a expansão de consolidação de medidas neoliberais ao redor do globo.

Palavras-chave: declínio democrático; neoliberalismo; teoria política.

ROCHA, Thainara de Ávila. Neoliberalismo e desdemocratização: o novo eixo de estudos políticos? [dissertação]. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Ciências Política, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás; 2021.

ABSTRACT

Pursuing to identify the existence of a new research axis in the Political Science, on this body of work we are analyzing the theories that deal with the democratic decline in the last decade. This analysis is based on the the fiscal relations, understanding that these are capable of creating subjectivities and changing the history of countries. On that matter, we explore the relationship between neoliberalism and the democratic decline. On these theories, which have distinct approaches, we found a concatenation between the way that democracy progressively fades alongside the consolidation of neoliberalism policies around the globe.

ROCHA, Thainara de Ávila. Neoliberalismo e desdemocratização: o novo eixo dos estudos políticos? [dissertação]. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Ciências Política, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás; 2021.

Keywords: democratic decline; neoliberalism; political theory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apresentação das obras selecionadas

11

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – A DEMOCRACIA AINDA FAZ PARTE DO JOGO?	19
1.1 Como o declínio democrático acontece.....	19
1.2 O passo a passo do desfazer democrático.....	23
1.3 Onde o institucional e o neoliberalismo se encontram.....	40
CAPÍTULO 2 – O QUE AS TEORIAS CULTURALISTAS TEM A DIZER	43
2.1 Como o declínio democrático se apresenta.....	44
2.2 O paradoxo cultural.....	51
CAPÍTULO 3 – COMO AS TEORIAS SOBRE DECLÍNIO NA ECONOMIA POLÍTICA TRATAM O TEMA	54
3.1 Como o declínio democrático ocorre.....	56
3.2 O neoliberalismo como entrave para as políticas sociais.....	67
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	72

INTRODUÇÃO

Ao longo da última década é notável como o que se entende por declínio, erosão ou enfraquecimento democrático encontrou crescente espaço para discussão, sejam em ambientes acadêmicos ou fora deles. Nos últimos anos, reportagens como a publicada pelo jornal *El País* em novembro de 2020 intitulada “O que está em jogo na eleição americana é a democracia do mundo”¹, infelizmente, não são de causar espanto. O risco que permeia a democracia definitivamente não é um fenômeno que se apresenta somente nos Estados Unidos, ou ainda, não é a eleição de Trump o fator único e maior que desencadeia o retrocesso democrático no mundo – apesar de essa ser uma perspectiva adotada por uma parcela de autores na Ciência Política. Ainda assim, ao longo dos últimos anos diferentes pontos e percepções a esse fenômeno vem sendo construídos por diferentes autores, cada um analisando a desdemocratização a partir de um diferente foco.

O retrocesso democrático se mostra presente no mundo por meio de diferentes contextos e se estende desde o regime de Viktor Orbán na Hungria² ao governo de Jair Bolsonaro³ no Brasil. É notável que ao redor do globo a conquista de poder da extrema-direita se amplia, sejam nas câmaras de governo, em cargos de alto escalão ou nas ruas – permeando uma polarização nítida entre a população. Esta se reflete em mobilizações⁴, tanto pró quanto contra⁵ a democracia, encontrada no campo físico e virtual de diversos países.

É esse, portanto, o tema que esse trabalho se propõe a explorar, porém com uma delimitação: o que temos enquanto objeto não é o processo de erosão democrático em si, mas sim as teorias produzidas pela Ciência Política *mainstream* sobre esse fenômeno. Entretanto

1 CHADE, Jamil. O que está em jogo na eleição americana é a democracia do mundo. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-11-02/o-que-esta-em-jogo-na-eleicao-americana-e-a-democracia-no-mundo.html>. Acesso em: 20/01/21.

2 SCHLAGWEIN, Felix. Hungria não é mais uma democracia. **Uol Notícias**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/05/16/hungria-nao-e-mais-uma-democracia.htm>. Acesso em: 20/01/21.

3 GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Bolsonaro acelera deterioração da democracia no Brasil. **El País**, 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/12/politica/1578841564_993293.html. Acesso em: 20/01/21.

4 TAUB, Amanda; FISHER, MAX. Protestos em massa a favor da democracia mobilizam o mundo, **Estadão**, 2019. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw.protestos-em-massa-a-favor-da-democracia-mobilizam-o-mundo>. Acesso em: 20/01/21.

5 MERCIER, Daniela. Bolsonaro endossa ato pró-intervenção militar e provoca reação de Maia, STF e governadores. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html>. Acesso em: 20/01/21.

ao longo dessa busca nosso caminho tornou-se mais delimitado. Originalmente, tinha-se como pergunta: Qual é o lugar das finanças públicas dentro das teorias sobre declínio democrático produzidas no campo da Ciência Política? Dessa forma, o maior objetivo era identificar o elemento fiscal nessas diferentes leituras sobre os processos de desdemocratização. Entretanto, ao longo do trabalho, algumas alterações foram necessárias, pois, com a resposta positiva a essa pergunta desenvolveu-se um aprofundamento ao que as teorias nos apresentavam. Percebemos dentro dessas obras a aproximação entre retrocesso democrático e neoliberalismo. Temos como hipótese que para além de uma aproximação a história da dissolução da democracia na contemporaneidade se dá por meio da implementação de uma agenda neoliberal ao redor do mundo. Por neoliberalismo entendemos, assim como Brown (2015), como uma forma de razão que transforma em uma racionalidade econômica todos os aspectos da vida. todos os Dessa forma, passa-se a compreender como esses dois fenômenos são percebidos conforme as diferentes construções teóricas nas obras estudadas. Assim, discutiremos se as específicas interpretações seriam, complementares, contraditórias ou mutualmente críticas, mas passíveis de uma composição sintética e do estabelecimento de um novo eixo temático dentro da Ciência Política.

Não nos adiantemos, pois, primeiro, faz-se necessário entender com qual conceito de democracia se filia esse trabalho. Temos referência em Brown (2015) para compreender que a democracia que vemos em declínio não é o que se entende enquanto democracia liberal, mas a *bare democracy*, ou seja, a democracia em seu sentido puro. Para Brown (2015) democracia é a aspiração de que um povo ordene e regule a própria vida comum governando em conjunto. Não é dada legitimidade apenas a uma parte, mas ao todo. Para ela, democracia, não contém nada além do princípio de que o *demos* é quem sempre governa. Segundo esse conceito, é necessário que todos possuam voz política. Considerando essa questão em conjunto a uma subjetividade coletiva que seja composta de pessoas iguais a como a categoria de *demos* propõe, nos filiamos a *bare democracy*, compreendendo como o termo democracia é bastante complexo e plural dentro da Ciência Política.

In the popular imaginary, “democracy” stands for everything from free elections to free markets, from protests against dictators to law and order, from the centrality of rights to the stability of states, from the voice of the assembled multitude to the

protection of individuality and the wrong of dicta imposed by crowds. (BROWN, 2015, p. 19)⁶.

A democracia assume não só distintos imaginários como também distintas formas, sejam elas: social, liberal, radical, deliberativa, entre outros. O ponto principal de Brown (2015) é focar muito mais no papel que as pessoas ocupam em uma democracia do que a forma, arranjo que ela estabelece em si. Principalmente quando se pensa em formas de governança e gestão.

Nos últimos anos a consolidação da democracia liberal no mundo vem sendo exponencialmente questionada pela Ciência Política. O declínio começa a estar presente no que antes era tratado como certo. Certeza essa que foi apontada por diversos cientistas políticos, como em “*The End of History?*” por Francis Fukuyama⁷ ou em “*The only game in town*” como apresentado por Juan J. Linz e Alfred Stepan⁸. Atualmente, a antiga aliança entre democracia e liberalismo, endossada por muitos autores, é colocada em xeque. A Ciência Política, portanto, se organiza e produz estudos em suas diversas frentes, a fim de conseguir compreender esse novo fenômeno.

Publicações que alertam sobre esse possível retrocesso cresceram muito na última década. Em 2015, Francis Fukuyama, após ser um dos autores que ficaram famosos ao marcarem em seu trabalho a consolidação da democracia liberal, publica o artigo “*Why is democracy performing so poorly?*” no *Journal of Democracy*. Nesse artigo o autor apresenta considerações com relação ao baixo desempenho da democracia e aponta questões como as dificuldades na institucionalização dos regimes, em atender demandas populares e de responsividade com relação às normas democráticas. O autor alerta sobre a necessidade de conseguir consolidar estados modernos e de boa governança para que a democracia consiga ter melhor desempenho. Também se dedica a explorar os mecanismos de coerção e de aplicação da lei como necessário a boa performance dos Estados.

Nos anos posteriores, ainda olhando para o *Journal of Democracy*, outros artigos despontaram para esse tema. Como exemplo temos Foa e Mounk que no início de 2017 publicaram um artigo referente a desconsolidação da democracia. Nesse momento, os autores

⁶ No imaginário popular, “democracia” significa tudo desde eleições livres até o livre mercado, de protestos contra ditadores até lei e ordem, da centralidade dos direitos até a estabilidade de Estados, da voz da multidão em assembleia até a proteção da individualidade e a errada ditadura imposta pela maioria. Tradução minha.

⁷ FUKUYAMA, Francis. *The End of History?* **The National Interest**, Washington, summer, 1989.

⁸ LINZ, Juan J; STEPAN, Alfred. *Toward Consolidated Democracies*. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 7, n° 2, abril. 1996.

alertam sobre a perda de confiança da população nas instituições, uma possível queda na participação eleitoral, assim como o declínio no nível de identificação da população com partidos políticos. Outro ponto levantado foi o crescimento de movimentos antissistema e sua capacidade de explorar esse sentimento de desencantamento, principalmente nos mais jovens. Alertam também sobre outros cientistas políticos que estavam se negando a validar problemas estruturais que a democracia estava enfrentando.

É claro que o artigo levantou controvérsias. Alexander e Welzel⁹ (2017) por exemplo, exploram os dados utilizados pelos autores, e inferem que o apoio a partidos populistas não estavam nos mais jovens e sim nas gerações mais velhas e marginalizadas. Nesse momento, esses autores não identificaram retrocesso e sim uma necessidade de acolhimento a esses estratos da sociedade, que não são atendidos para evitar o aumento de polarização causada por uma mudança cultural. Já Erik Voeten¹⁰ apresenta que são as gerações mais velhas que se tornaram mais céticas em relação à democracia, e não identifica tamanha aceitação popular ao autoritarismo para que seja necessário um grande alerta sobre retrocesso.

É possível identificar então, após essa exposição introdutória, que vários conceitos que até então eram “estáveis” na área vêm sendo revisitados e discutidos, controvérsias entre cientistas políticos que enriquecem a nossa compreensão de um fenômeno tão complexo como o que diferentes países vêm enfrentando nos últimos anos. Como o debate científico entorno desse fenômeno está já a alguns anos fervoroso e em constante modificação, são as teorias, controvérsias, críticas e respostas que formam uma importante análise e reflexão sobre o momento em que vivemos e ajudam a conjecturar e traçar perspectivas sobre o nosso futuro.

O caminho metodológico que se propõe para tratar os objetivos delineados nesse trabalho, expondo de maneira inicial, trata-se de: 1) Um movimento exploratório em torno das obras selecionadas compreendendo o declínio democrático se mostra presente dentro de cada uma delas; 2) A partir disso é possível voltar o olhar para a influência da agenda neoliberal nesse processo, mas não somente ela. Essa realidade é pensada em conjunto com suas relações fiscais. Partimos do princípio de que o plano fiscal de um país é capaz de construir

9 ALEXANDER, Amy C; WEZEL, Cristian. The myth of desconsolidation: rising liberalism and the populista reaction.. **Working Paper Series**, v.10, 2017. Disponível em:<<https://econpapers.repec.org/paper/zbwilewps/10.htm>>. Acesso em: 13/10/21.

10 VOETEN, Erik. Are people really turning away from democracy?. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2882878>. Acesso em: 13/10/21.

subjetividades, valores, noção de cidadania. É possível que por meio dela seja implementada uma agenda neoliberal e explicitaremos a importância desse olhar para essas teorias sobre o ponto de vista fiscal adiante; 3) Realização, a partir dos resultados inferidos no primeiro momento, de uma análise sobre afastamentos e aproximações entre essas temáticas e a necessidade de encontro entre esses dois campos de estudo, assim como quais consequências advêm a partir desses resultados. A partir dessa análise podemos delimitar e aferir como o retrocesso democrático e o neoliberalismo influem nessas obras.

E o que são as finanças públicas e porque elas importam dentro desse contexto? Ao buscar investigar o local das finanças públicas, nos referimos a um campo de estudo chamado Sociologia Fiscal. Dentro desse campo de estudo, compreendemos que a explicação para fenômenos sociais e políticos não são dadas em esferas isoladas a econômica, mas que se entrelaçam desde o momento da fundação do estado moderno. Para além disso, entendemos que as relações tributárias são muito mais que essas relações, pois se permeia e se compõe de todas as outras esferas. O Estado fiscal não atua isoladamente, gerando consequências apenas econômicas. Ele contribui para a formação de comportamentos, culturas, desigualdades, estruturas de poder, se relacionando com a formação dos principais atributos (seja no plano da estrutura ou da agência) de cada sociedade. Como destacado por Martin, Mehrotra e Prasad (2009), os impostos são o nosso contrato social. Partindo dessa perspectiva, quando buscamos entender sob a influência da Sociologia Fiscal como – influenciado pelas finanças públicas – o declínio democrático e o neoliberalismo se apresentam nessas teorias, buscamos identificar como esse campo fundamental para a compreensão da nossa sociedade se mostra presente nas principais teorias produzidas pela Ciência Política nos últimos anos.

Se todas as esferas da vida são formuladas também na sua relação com o *tax state*, é importante perceber como a tributação possui efeito teórico e causal e não só sintomático ou metodológico, (MARTIN, MEHROTRA, PRASAD, 2009). Schumpeter já em 1918 apontava que a história fiscal é de fundamental importância para a compreensão da história geral de qualquer nação. Para além disso, a forma que nos constituímos enquanto pessoa perpassa pela pressão fiscal que vem do Estado.

The spirit of a people, its a cultural level, its a social structure, the deeds its policy may prepare – all this and more is written in its a fiscal history, stripped of all

phrases. He knows how to listen to its message here discerns the thunder of world history more clearly the anywhere else. (SCHUMPETER, 1918, p. 101)¹¹

Para o autor, a fundação do Estado como entendemos hoje atravessa razões fiscais. Vindo dos tempos feudais, o príncipe entrava em débito para arcar com o custo das intensas guerras, custo esse que envolvia não só o da preparação para guerra em si, como também o da reconstrução. Esse sistema extremamente custoso entrava em crise, e os gastos com exércitos mercenários apenas aumentava. Essa crise do sistema fiscal da época, transformou o mundo socialmente. Com o príncipe cada vez mais em débito o custo da guerra passa de ser um gasto dele, para ser um gasto da nação. Ao contar com os impostos, a noção de esfera pública e privada é criada.

This state of affairs meant that the old forms were dead which had encompassed the whole personality in a super-personal system of aims; that the individual economy of each family had become the center of its existence; and that thereby a private sphere was created which was now to be confronted by the public sphere as a distinguishable element. Out of the "common exigency" the state was born. (SCHUMPETER, 1918, p. 106)¹².

Para Goldscheid (1994), o Estado nasce por dois motivos de associação, sendo eles: 1) para fins de defesa, e 2) porque precisa atender necessidades fiscais comuns. Dessa forma, identifica-se, também, já no primeiro momento de nascimento do Estado esses caminhos entrelaçados, o que faz com que o autor identifique já em 1994 uma deficiência nas Ciências Sociais por não possuir um estudo sociológico financeiro.

Entendendo que a relação entre tributação e sociedade se mostra em conjunto desde os primórdios da humanidade, as finanças públicas e seus desdobramentos, tal qual a forma do orçamento e o tipo de impostos, são fatores sociológicos que devem ser objetos de estudo das Ciências Sociais, e, portanto, da Ciência Política.

Only sociology can show how social conditions determine public needs and the manner of their satisfaction by more direct or more indirect means, and how ultimately the pattern and evolution of society determine the shaping of the

11 O espírito de um povo, seu nível cultural, sua estrutura social, as ações que sua política pode preparar - tudo isso e muito mais está escrito em sua história fiscal, despojada de todas as frases. Ele sabe como ouvir sua mensagem aqui, discerne o trovão da história mundial mais claramente do que em qualquer outro lugar. Tradução minha.

12 Esse estado de coisas significava que as velhas formas estavam mortas, o que havia englobado toda a personalidade em um sistema suprapessoal de objetivos; que a economia individual de cada família se tornou o centro de sua existência; e que assim foi criada uma esfera privada que agora deveria ser confrontada pela esfera pública como um elemento distinto. Da "exigência comum" nasceu o estado. Tradução minha.

interrelations between public expenditure and public revenue (GOLDSCHIED, 1994, p. 202)¹³.

Para Schumpeter (1918), analisar as finanças públicas é um dos melhores pontos para investigar a sociedade, especialmente em relação a sua vida política. O autor defende que essa abordagem, geralmente, é aplicada quando temos pontos de transformações onde as formas anteriores deixam de existir para se transformar em algo novo. A história fiscal de uma nação é uma parte importantíssima para compreender a sua história geral.

It is Goldscheid's enduring merit to have been the first to have laid proper stress on this way of looking at fiscal history: to have broadcast the truth that "the budget is the skeleton of the state stripped of all misleading ideologies" [...] ¹⁴ (SCHUMPETER, 1918, p. 100).

E é também em Goldscheid (1994) que apreendemos que a questão fiscal é o elemento mais poderoso da vida social.

The pattern of public finance has at all times had a decisive influence on national and social evolution. Tax struggles were the oldest form of class struggle, and fiscal matters were an important contributory cause even in the mightiest spiritual movements of mankind. It is a fact, for instance, that the great religious revolutions can be proved to have been strongly rooted in intolerable tax pressure. On the other hand, it is interesting to observe that the failure of most revolutions can be traced to the same sociological source, namely to the deficiencies of the victorious classes' fiscal policy. (GOLDSCHIED, 1994, p. 202)¹⁵

Sendo, então, o orçamento o esqueleto do estado, compreendemos que as políticas fiscais são capazes de proporcionar transformações sociais. Cabe à Ciência Política se apropriar cada vez mais dessa área de conhecimento a fim de produzir trabalhos que possam contribuir para com a academia e a sociedade em si. Como é possível notar, a linha teórica a que essa dissertação se filia trata a fiscalidade como fator fundamental para a compreensão da sociedade, e por entender que esse é um caminho fundamentalmente interdisciplinar unem-se o estudo das finanças públicas, as teorias sobre declínio democrático.

13 Somente a sociologia pode mostrar como as condições sociais determinam as necessidades públicas e o modo de sua satisfação por meios mais diretos ou indiretos, e como o padrão e a evolução da sociedade determinam a formação das inter-relações entre o gasto público e a receita pública. Tradução minha.

14 É o mérito duradouro de Goldscheid ter sido o primeiro a ter colocado uma ênfase adequada nessa maneira de olhar a história fiscal: ter divulgado a verdade de que "o orçamento é o esqueleto do Estado, destituído de todas as ideologias enganosas". Tradução minha

15 O padrão das finanças públicas sempre influenciou decisivamente a evolução nacional e social. As lutas tributárias eram a forma mais antiga de luta de classes, e as questões fiscais eram uma importante causa contributiva mesmo nos movimentos espirituais mais poderosos da humanidade. É fato, por exemplo, que se pode provar que algumas das grandes revoluções religiosas estão fortemente enraizadas em pressões tributárias intoleráveis. Por outro lado, é interessante observar que o fracasso da maioria das revoluções pode ser atribuído à mesma fonte sociológica, ou seja, às deficiências da política fiscal das classes vitoriosas. Tradução minha

Nosso trabalho se desenvolve a partir de obras selecionadas dentro de três vertentes de estudo dentro da Ciência Política, sendo elas: as entendidas enquanto institucional¹⁶, culturalistas e pertencentes a economia política. Quando pensamos em obras que operam dentro da vertente institucional sabemos que o arranjo institucional e a forma como as regras são compostas são muito importantes. Offe (2006), quando pensa em instituições, sabe que se trata de como são definidas as regras do jogo político, para além disso, quem serão os ganhadores e perdedores nesse sistema. Além de inferir quem é mais contemplado ou excluído dentro dessa rede é possível aferir quais dispositivos possibilitam a participação popular e de que forma essa participação é feita dentro do Estado.

Institutions are systems of rules that apply to the future behavior of actors. They constitute actors and pro-/prescribe their scope and mode of action. These rules can be sanctioned through mechanisms that are specified in the charter, or legal specification, of an institution. These rules are, consciously or habitually, observed and complied with by actors who are aware not only of the rules but also of the fact that these rules are being enforced and deviant courses of action sanctioned. Institutions often impose severe constraints on what actors are permitted to do. (OFFE, 2006, p.10)¹⁷

Nesse momento, Offe (2006) estava preocupado em como as instituições afetariam a distribuição de poder social. Para Hall e Taylor (2003), no neo-institucionalismo da escolha racional as instituições são criadas por meio de um acordo voluntário entre as pessoas. Segundo a definição do seu modelo histórico, instituição é tudo que é

[...] procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. Isso se estende-se das regras de uma ordem constitucional ou dos procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até às convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre bancos e empresas. Em geral, esses teóricos têm a tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais (HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R., 2003, p. 196)

Com relação a perspectiva culturalista, Almond (1990) define que a cultura política diz respeito a dimensão subjetiva de um sistema político. Essa dimensão se relaciona na maneira como são avaliados as autoridades políticas, os regimes, as estruturas institucionais ou a nação como um todo. Sobre o comportamento com relação a esses fatores, o autor

16 Quando utilizamos o termo “institucional”, “institucionalismo”, nos referimos ao campo da Ciência Política que trata sobre as “regras do jogo” formuladas pelo Estado.

17 As instituições são sistemas de regras que se aplicam ao comportamento futuro dos atores. Eles constituem atores e prescrevem seu escopo e modo de ação. Essas regras podem ser sancionadas por meio de mecanismos que são especificados no estatuto ou especificação legal de uma instituição. Essas regras são, consciente ou habitualmente, observadas e cumpridas por atores que estão cientes não apenas das regras, mas também do fato de que essas regras estão sendo cumpridas e cursos de ação desviantes sancionados. As instituições muitas vezes impõem restrições severas sobre o que os atores têm permissão para fazer. Tradução minha.

destaca que esses sentimentos são importantes indicadores para avaliação dos resultados de políticas internas e externas.

Political culture theory defines political culture in this fourfold way: (1) It consists of the set of subjective orientations to politics in a national population or subset of a national population. (2) It has cognitive, affective, and evaluative components; it includes knowledge and beliefs about political reality, feelings with respect to politics, and commitments to political values. (3) The content of political culture is the result of childhood socialization, education, media exposure, and adult experiences with governmental, social, and economic performance. (4) Political culture affects political and governmental structure and performance-constrains it, but surely does not determine it. The causal arrows between culture and structure and performance go both ways. (Almond, 1990, p.10).¹⁸

Já Fagundes (2008) analisa o culturalismo desde suas raízes em Tocqueville até como se apresenta em Almond-Verba. O autor consegue traçar importantes semelhanças e distinções entre as teorias desenvolvidas. Segundo ele, Almond-Verba consegue materializar enquanto campo de estudo muito das influências tocquevillianas. “Examinando a democracia na América, Almond percebe que fatos observáveis deitam raízes numa instância cultural da relação dos homens com a política ainda não devidamente enquadrada em teoria.” (FAGUNDES, 2008, p. 137). Fagundes ainda aponta que a cultura política, internalizada dentro de cada cidadão, trabalha a favor ou contra as formas institucionais vigentes, destacando assim a sua importância para uma análise política.

Avançando para a nossa última área Menger (2017) entende que a Economia Política diz respeito sobre as condições que humanos enfrentam para ter suas necessidades atendidas. E isso se relaciona a fatores de produção, ao que se entende pelos conceitos de valor, troca, bens, preço e mercadoria, entre outros. Para Weingast e Wittman (2009), a Economia Política possui a metodologia econômica aplicada a análise do comportamento político e das instituições. “So at the same time that political economy is pushing the envelope of hyper-rationality it is also trying to incorporate elements of emotions and irrationality.”¹⁹(WEINGAST, Barry R; WITTMAN, Donald, 2009, p. 787).

18 A teoria da cultura política define a cultura política desta forma quádrupla: (1) Ela consiste no conjunto de orientações subjetivas para a política em uma população nacional ou subconjunto de uma população nacional. (2) Possui componentes cognitivos, afetivos e avaliativos; inclui conhecimento e crenças sobre a realidade política, sentimento em relação à política e compromissos com valores políticos. (3) O conteúdo da cultura política é o resultado da socialização infantil, educação, exposição na mídia e experiências adultas com desempenho governamental, social e econômico. (4) A cultura política afeta a estrutura política e governamental e a limita o desempenho, mas certamente não a determina. As setas causais entre cultura, estrutura e desempenho são duas vias. Tradução minha.

19 Portanto, ao mesmo tempo que a economia política está empurrando o envelope da hiper racionalidade, também está tentando incorporar elementos de emoções e irracionalidade. Tradução minha.

A partir dessa breve introdução sobre a diferenças entre essas vertentes, é possível apresentar o escopo teórico selecionado para esse trabalho.

Tabela 1 – Apresentação das obras selecionadas

Vertente	Título	Autor	Ano de publicação
Institucional	Como morrem as democracias	Steven Levitsky	2018
Institucional	How democracy ends	David Ruciman	2018
Institucional	O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la	Yascha Mounk	2018
Culturalistas	Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism	Pippa Norris e Ronald Inglehart	2019
Culturalistas	Strangers in their own land: Anger and Mourning on the American Right	Arlie Russell Hochschild	2016
Economia Política	Buying time: Crisis of democratic capitalism	Wolfgang Streeck	2014
Economia Política	Politics in the age of austerity	Armin Schafer e Wolfgang Streeck	2013
Economia Política	E os fracos sofrem o que devem? Os bastidores da crise europeia	Yanis Varoufakis	2016

Fonte da tabela: Elaborada por mim.

É possível perceber que é uma bibliografia muito recente. Trata-se de livros que obtiveram grande alcance dentro e fora do ambiente acadêmico, principalmente a obra de Levitsky (2018). O motivo para realizar a análise dessas obras em específico se deve a temática escolhida. Se vamos nos empenhar em investigar o surgimento de um novo eixo temático a partir da análise das teorias produzidas cerca do declínio democrático, sendo um dos principais temas que trata a Ciência Política nos últimos anos começamos então pelo que é considerado o *mainstream* da Ciência Política global.

CAPÍTULO 1 - A DEMOCRACIA AINDA FAZ PARTE DO JOGO?

1.1 Como o declínio acontece

Começamos a pensar o problema de pesquisa em questão, a partir do diálogo com as seguintes obras selecionadas que compõem nosso arcabouço teórico nesse primeiro momento, são eles: 1) “*The People vs. Democracy: Why our freedom is in danger and how to save it*” de Yascha Mounk, publicado em 2018; 2) “Como as democracias morrem” de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, publicado em 2018; 3) “Como a democracia chega ao fim” de David Runciman, publicado em 2018. Dos quatro autores mencionados acima, ainda que metade deles não sejam norte-americanos, três são professores e pesquisadores em universidades dos EUA. Em meio a esses, apenas Runciman leciona fora desse circuito, ministrando aulas na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Essa introdução referente ao repertório dos autores se mostra necessária em maior parte para ambientar o contexto em que essas obras foram produzidas. Trata-se de obras que buscam olhar majoritariamente para o norte global, o utilizando enquanto referência e procurando apresentar conclusões tanto ao seu contexto, como para também às estender ao resto do globo.

O que todas as obras, não só neste capítulo, terão em comum é, certamente, a mesma temática referente ao declínio da democracia, seja ela analisada a partir dos Estados Unidos ou em um comparativo com países ao redor do mundo. A proximidade das datas de publicação indica os primeiros passos para a consolidação de uma discussão que cresce, ganha forma e se modifica na última década. O debate que começa no *Journal of Democracy*, anteriormente apresentado, agora é aprofundado e toma diferentes formas e caminhos dentro das subáreas do campo. Dentro dessas obras inseridas na vertente institucionalista existem pontos de aproximação, como o papel que o populismo de direita vem exercendo nesse âmbito, e de afastamento, como os diferentes pontos de origem desse processo.

Para entender um pouco melhor o que seria o populismo de direita, podemos adotar a interpretação produzida por Urbinati (2019). A autora, compreende que populismo é um termo muito ambíguo, justamente porque não pode ser enquadrado a um programa específico, mas atua principalmente como uma forma coletiva de tomar o poder. Ela ressalta que o populismo não é compatível com regimes não democráticos,

I argue that populism is structurally marked by a radical partiality in interpreting the people and the majority; this implies that, if a populist movement comes to power, it can have a disfiguring impact on the institutions, rule of law, and division of powers

that comprise constitutional democracy. In effect, it can stretch constitutional democracy toward its extreme borders and open the door to authoritarian solutions and even dictatorship; the paradox is that, should this regime change take place, populism would be unseated. (URBINATI, 2019, p. 112)²⁰.

Tendo isso compreendido, a pergunta principal que percorre nessas obras se fixa em compreender como e por que o processo de declínio democrático vem acontecendo. Nenhum dos autores nesse momento, como alguns dos previamente mencionados, irá buscar argumentar que a erosão não vem acontecendo ou que os últimos desdobramentos não fazem soar nenhum alarme. Agora, se esse declínio é causado pela falta de confiança das pessoas para com as instituições democráticas, se a democracia enfrenta uma “crise da meia idade” – termo apresentado por Runciman (2018) – ou se o que acontece é que o desuso das regras formais e informais que possibilitam que *outsiders* causem a corrosão da democracia, é o que exploraremos nesse primeiro momento.

Em Ziblatt e Levitsky (2018), assim como para Mounk (2018), as instituições democráticas – e a própria democracia como um todo – vem sendo encarada com descrédito por parte da população. Se o “momento” populista vem se prolongando e atores que desafiam as regras do jogo vêm se tornando cada vez mais comuns, a população enfrenta o presente com descrença e busca opções cada vez mais radicais em *outsiders* de extrema direita. Essas opções se dão, em cada um dos autores, por razões e origens distintas.

Os esforços dos Estados Unidos para alcançar a igualdade racial enquanto a sociedade norte-americana se torna cada vez mais diversa alimentaram uma reação insidiosa e a intensificação da polarização. E, se uma coisa é clara ao estudarmos colapsos ao longo da história, é que a polarização extrema é capaz de matar democracias. Portanto, há, sim, razões para alarme. Não apenas os norte-americanos elegeram um demagogo em 2016, mas o fizeram numa época em que as normas que costumavam proteger a nossa democracia já estavam perdendo suas amarras. (ZIBLATT; LEVITSKY, 2018, p. 18).

Como visto, para Ziblatt e Levitsky (2018) as raízes do processo de corrosão da democracia tem origem na polarização sectária extrema. É nela que as salvaguardas democráticas dadas a partir das regras institucionais tanto formais quanto informais, são violadas e “demagogos extremistas” – termo utilizado pelo autor - passam a não só concorrer eleições, como também vencer e ocupar lugar nas câmaras de governo. Segundo Ziblatt e Levitsky (2018), a partir dos anos 80 e 90, e com um aceleração nos anos 2000, políticos

20 Eu argumento que o populismo é estruturalmente marcado por uma parcialidade radical na interpretação do povo e da maioria; isso implica que, se um movimento populista chega ao poder, pode ter um impacto desfigurante nas instituições, no estado de direito e na divisão de poderes que compõem a democracia constitucional. Com efeito, pode estender a democracia constitucional até suas fronteiras extremas e abrir a porta para soluções autoritárias e até mesmo para a ditadura; o paradoxo é que, caso essa mudança de regime ocorresse, o populismo seria derrubado. Tradução minha.

norte-americanos passaram a transgredir cada vez mais essas normas. A democracia vai sendo, então, desfeita, não pelo golpe tradicional, que habita em nosso imaginário com tanques nas ruas, mas quando se arrisca e permite que *outsiders* ganhem espaço. Esses *outsiders* buscam erodir pilares institucionais responsáveis pela estabilidade e reescrever – ou simplesmente não cumprir – as regras do jogo, tornando o cenário cada vez mais inclinado ao autoritarismo. O retrocesso democrático não se realiza de maneira abrupta, nesse caso, começa nas urnas. Nesse momento existe um ponto de encontro com uma preocupação exposta por Runciman (2018), em que a democracia é desfeita e ninguém pode ser capaz de mapear os seus sinais de inatividade e dissolução.

As regras formais e informais, mencionadas anteriormente, foram formuladas desde o momento fundacional da constituição. Entretanto, elas não existem independente dos que passam por lá, mas existem porque as pessoas – especialmente os candidatos eleitos – se dispõem a segui-las e defendê-las. O sistema de freios e contrapesos depende disso para funcionar, portanto, existe a necessidade de que as instituições sejam defendidas pelos políticos que a compõem.

Já em Mounk (2018) o declínio democrático é explorando principalmente na relação dos cidadãos com a preservação e estima para com a democracia. Esse acolhimento e vivência à valores democráticos vem se modificando no decorrer das últimas décadas. Como exemplo, o autor realiza um contraste com o período pós-guerra Fria em que a democracia liberal se expande e busca se consolidar ao redor do globo. Percorrendo o caminho até o recente período, constata que diversos fatores colaboraram para que ela não seja tão estimada ou vista como fundamental pelas pessoas atualmente. Olhando principalmente para o norte global, onde a democracia liberal conseguiu se realizar em maior parte, o autor explora a mudança sobre a aceitação e a sensação de necessidade da democracia e busca entender como o regime se transformou, mapeando fatores que o impactaram.

Mounk (2018) busca entender o porquê de o “momento populista” estar em vigor, e porque o que é considerado “tradicionalmente político”, neste momento, não é mais bem visto. Quem viola as regras e aparenta enfrentar os pilares da democracia liberal agora, para muitos, pode ser símbolo de coragem e mudança frente ao que não vem mais dando certo. Por isso populistas de extrema direita ganham cada vez mais força em diversos países. Paralelo a esse fenômeno a esperança de mudanças e melhorias nas condições de vida, segundo o autor, nunca estiveram tão baixas. Em adição a esse sentimento de descrença mencionado existe uma hostilidade crescente à política (MOUNK, 2018). O autor consegue identificar as raízes

dessa mudança olhando para a estagnação econômica, a questão da identidade e as mídias sociais. Ainda destaca que liberalismo e democracia não representam mais uma coesão, como pôde-se imaginar um dia por parte de alguns autores.

Em Runciman (2018), é identificada uma crise na democracia liberal, mas não se acredita que esse momento represente o seu fim. O autor tem uma abordagem interessante para tratar o problema. Ele identifica que certamente a democracia chegará ao fim, mas isso não é necessariamente o que está acontecendo agora. Ele argumenta que nesse momento, a crise democrática – em uma analogia proposta pelo autor – é uma crise de meia idade. A “crise de meia idade” indica que existe perigo, mas a forma que isso acontece não é similar ao contexto histórico da década de 30. Dessa forma, o autor aponta que ao invés de armas contra a democracia as pessoas precisam se “armar” de paciência para enfrentar o período. Isso acontece porque os arranjos institucionais propostos pela democracia liberal já não funcionam mais como antes.

Nesse cenário, uma importante questão é pontuada. Por quanto tempo a democracia liberal irá resistir dentro desse sistema de ineficiência? Será que essas falhas poderão ser percebidas? Irá ser aberto um espaço para construção de mudança? Mudança aqui se referindo a outro modelo e não aos extremistas populistas que surgem ao redor do globo. Se democracia para Runciman (2018) é confiança, a crise chega porque essa é quebrada.

As democracias continuam a ser eficazes em evitar a hora mais difícil. Sua incapacidade de se posicionar ou manter as coisas em proporção é útil para adiar o pior, ainda que a frustração possa ser profunda quando se tenta fazer melhor que isso. Empurrar o problema para diante é o melhor que as democracias fazem. E é por isso que o caminho que ainda têm pela frente pode se revelar bem mais comprido do que achamos. (RUNCIMAN, 2018, p. 196).

Percebe-se que existem muitas similaridades entre o que é o declínio para cada uma das obras. Todas partem, claro, pelo ponto de vista de que o regime anda apresentando falhas, sendo exposto a ameaças. A motivação, entretanto, da causa da ineficiência são distintas entre si. Ziblatt e Levitsky (2018) fazem essa abordagem a partir do conflito sectário e desuso das regras. Mounk (2018) tem uma abordagem muito mais completa ao problema, em seu âmago estão questões como estagnação econômica, problemas advindos da transformação digital e como o conceito de identidade se comporta frente a todas essas mudanças. Runciman (2018) aponta a quebra de confiança entre o que o Estado entrega e o que a população recebe. Para além de dizer que os valores cívicos devem ser restaurados, como aponta Mounk (2018), Runciman (2018) de certa forma chama a responsabilidade para aqueles que operam o sistema, apontando prejuízos principalmente se a democracia continuar persistindo em sua

versão esvaziada. Partimos agora para uma análise mais aprofundada na teoria em que cada um desses autores expõe.

1.2 O passo a passo do desfazer democrático

Em Levitsky e Ziblatt (2018), a melhor maneira para proteger a democracia é afastando possíveis *outsiders*. Por *outsiders* os autores entendem demagogos extremistas que não possuem comprometimento algum com as salvaguardas institucionais e que, na verdade, buscam aprofundar o processo de erosão democrática. A inclusão desses *outsiders* na política se dá por muitas vezes de maneira tradicional, utilizando do processo eleitoral para, posteriormente, ir contra o próprio regime que o elegeu. Reescrevendo as regras eleitorais ele vai se expandindo – aos poucos – sempre sob um fundo de legalidade, em passos que se direcionam a um regime autoritário. Esse autoritarismo que nasce “por dentro” torna o processo de erosão democrática muito difícil de se perceber.

Contudo, não são apenas os *outsiders* que ferem as salvaguardas institucionais, em fato, eles só conseguem ser eleitos porque essas amarras institucionais foram abaladas anteriormente. Para os autores, o processo de erosão democrática nos EUA se inicia a partir dos anos 80, sofrendo uma intensificação nos anos 2000. Os políticos “tradicionais” eleitos, paralelamente, no decorrer desse período vem aumentando as transgressões para com as regras informais. Isso pode ser percebido de diferentes formas: seja tratando seus oponentes como inimigos, rejeitando resultados de eleições, ameaçando ferir a liberdade de expressão quando atacam publicamente a imprensa, entre outros. Isso se relaciona com o fato de que as normas escritas não são capazes de assegurar a democracia por si só. A sua defesa e permanência precisa ser exercida diariamente pelos partidos. Isso inclui o respeito e cumprimento a constituição, e as normas formais e informais, que serão explicitadas a seguir.

A importância que Ziblatt e Levitsky (2018) colocam para que as chamadas regras informais sejam cumpridas se dá ao fato de que toda e qualquer Constituição possuirá determinadas lacunas ou ambiguidades. Para além disso, essas mesmas regras institucionais estão sujeitas a diferentes formas de interpretações, sendo assim, elas podem ser assimiladas por perspectivas conflitantes entre si. Dessa forma as regras informais são colocadas como elemento chave para uma democracia bem-sucedida, pois servem como “grades flexíveis” que ajudam a proteger o regime.

Os autores destacam duas regras informais que são essenciais para o funcionamento da democracia estadunidense, são elas: a tolerância mútua e a reserva institucional. A tolerância mútua acontece quando um opositor é aceito e respeitado como legítimo adversário, o seu relacionamento com o seu oponente acontece por meio das regras eleitorais na disputa pelo governo. Esse adversário não trata os seus oponentes como inimigos, sendo assim ele não é visto como uma ameaça ao regime e as regras do jogo. Isso é importante, porque na medida em que políticos passam a tratar seus adversários como portadores de uma ameaça existencial isso pode ser utilizado para uma justificação de medidas autoritárias no futuro (ZIBLATT; LEVITSKY, 2018).

A segunda regra informal é a reserva institucional. Ela existe para evitar situações em que, ainda que formalmente o conteúdo das leis seja respeitado, o seu “espírito” é violado. Isso inclui não se aproveitar de brechas ou mesmo seguir o conteúdo da lei de forma literal para que se mantenha a legalidade, mas consiga violar o seu princípio. É necessário possuir determinado grau de comedimento e ter ações que não visem inviabilizar de forma permanente seus opositores. As duas regras informais possuem uma relação na medida em que um jogo muito duro na reserva institucional pode causar a erosão da regra de tolerância mútua, visto que a busca pela inviabilização permanente do adversário pode gerar uma percepção de ameaça, podendo levar ao direcionamento das ações autoritárias sob o pretexto de manutenção do regime.

Quando o custo inferido de perder é suficientemente alto, políticos serão tentados a abandonar a reserva institucional. Atos de jogo duro constitucional podem então, por sua vez, minar ainda mais a tolerância mútua, reforçando a crença de que nossos rivais representam uma perigosa ameaça. (ZIBLATT; LEVITSKY, 2018, p. 116).

Assim como os políticos tradicionais podem falhar no cumprimento dessas normas, Levitsky e Ziblatt (2018) ressaltam a falha do partido republicano dos Estados Unidos em conseguir conter a ascensão de Trump. O acontecimento de Trump na presidência não é, portanto, a razão de a democracia “estar morrendo”, mas sim a consequência de uma ação que já vem acontecendo.

Um fator importante para a sobrevivência democrática são processos eleitorais e partidos políticos que consigam manter afastados extremistas. Isso significa apoiar inclusive seus rivais, se necessário for, para que nas eleições concorram exclusivamente candidatos democráticos. O primeiro passo de um país rumo ao autoritarismo é a abdicação de responsabilidades políticas pelos seus líderes. Momentos de crises econômicas, insatisfação popular e declínio dos partidos, podem levar *insiders* a tentação de cooptar *outsiders*

carismáticos para buscar estabilidade. Entretanto, esse é um movimento perigoso, porque assim que a aliança é feita esses *outsiders* se convertem em competidores legítimos.

Nem todo *outsider* começa seu trajeto ao autoritarismo de maneira brusca, apresentando seus sinais durante as eleições ou ainda nos primeiros anos de mandato. Geralmente, começam buscando projetar em sua própria imagem a verdadeira representação da “voz do povo” que busca combater uma elite corrupta e conspiratória que não atende aos interesses da população.

Cabe aos partidos políticos então, serem os guardiões da democracia, e fazer de tudo que estiver ao seu alcance para que esses *outsiders* não cheguem ao poder. Isso inclui manter candidatos que podem ser autoritários em potencial fora das chapas, erradicar extremistas em suas bases, evitar todas as alianças com partidos ou candidatos antidemocráticos, evitar atos que provenham respeito público a figuras autoritárias e formar frentes democráticas para evitar que extremistas conquistem o poder.

Historicamente, nos Estados Unidos, o medo de riscos e instabilidades afastavam extremistas dos partidos. Ao longo da história, os autores apresentam como as mudanças nas regras eleitorais do país ampliaram a margem para que *outsiders* pudessem se infiltrar. Entretanto, o processo eleitoral, em sua fundação, foi formulado de maneira extremamente restritiva a quem poderia participar. Inicialmente, existia um processo de “triagem” onde os partidos realizavam eleições indiretas com os “homens” da região. O colégio eleitoral era então o guardião da democracia. Em 1800 existe uma nova mudança no sistema eleitoral, com cada estado agora elegendo seus partidários o colégio eleitoral cede a guarda para os partidos.

Os partidos se tornaram, então, os administradores da democracia norte-americana. Uma vez que selecionam os candidatos presidenciais, os partidos têm a capacidade – e, nós acrescentaríamos, a responsabilidade – de manter figuras perigosas longe da Casa Branca. Eles precisam, portanto, encontrar um equilíbrio satisfatório entre dois papéis: um papel democrático, em que escolhem o candidato que melhor representa os eleitores do partido, e o que o cientista político James Ceaser chama de um papel de “filtragem”,³⁰ no qual removem aqueles que representam uma ameaça para a democracia ou de algum outro modo sejam inadequados para assumir o cargo. (ZIBLATT; LEVITSKY, 2018, p. 47).

Esse sistema que se estende de 1800 a 1972 representa o período em que a guarda dos portões para os autores fora bem-sucedida, apesar de menos democrático. A partir de 1972, passa-se a refletir sobre o processo decisório dos eleitores nas primárias, o que torna o processo mais “frouxo” apesar de mais inclusivo. Entretanto furar esse bloqueio, na prática, era considerado um tanto quanto difícil, pois significava ter a maioria de delegados no país, o

que demandava boa mídia, dinheiro e bastante gente trabalhando na campanha em todos os estados.

Ao longo das últimas décadas, segundo os autores, foram muitos os momentos em que tanto o partido democrático quanto o republicano infringiram as regras informais, exploraram e cultivaram a polaridade para conseguir alcançar seus objetivos políticos. Para manter a democracia é necessário um trabalho árduo, que pede negociação, compromisso e concessão. Até então, as eleições americanas possuíam uma série de tentativas frustradas de *outsiders* tentando se inserir no jogo eleitoral. É a partir da eleição de Trump que presenciamos uma mudança na história norte-americana.

Tratando em específico sobre a eleição de Donald Trump, é perceptível que ao final das primárias Trump contava com poucos endossos, mas possuía o apoio da mídia de direita, além de contar com a cobertura gratuita da mídia tradicional, que apesar de tecer críticas o mencionava bem mais do que a sua oponente, Hillary Clinton. Trump tinham os votos necessários para as primárias, e a não ação do partido republicano durante esse período inicial resultou na vitória de Trump. A partir daí o processo eleitoral acontece e o candidato passa a dar sinais de um comportamento mais autoritário. Durante as eleições, a maior parte dos membros do partido republicano sustentaram a candidatura de Trump e não alertaram a população sobre a ameaça que ele podia representar.

As grades de proteção da democracia e a própria fundação da democracia em si surgem de um arranjo estritamente antidemocrático nos Estados Unidos. A tolerância mútua, segundo o autor, só se estabelece quando há a retirada de questões relativas à igualdade racial da agenda, isso claro, durante meados de 1877 e 1880. “Paradoxalmente, portanto, as normas que mais tarde serviriam como fundação para a democracia norte-americana emergiram de um arranjo profundamente antidemocrático: a exclusão racial e a consolidação da predominância de um partido único no Sul.” (ZIBLATT; LEVITSKY, 2018, p. 128). Durante o século XX, os presidentes americanos demonstraram comedimento para com o exercício do executivo, eles buscaram aparelhar a corte sem causar rupturas à letra da lei, e com exceção de Roosevelt, sua maioria não o fez por mais de um século.

Os autores apontam para vários momentos que ao longo das últimas décadas colaboraram para o aumento da polarização do país. Um dos exemplos é durante a campanha de Obama para a presidência, onde enquanto a eleição acontecia parte da mídia apontava Obama como antiamericano e secretamente muçulmano. Percebendo então a crescente

hostilidade, o mandato de Obama se faz sob uma “guerra” sectária e por extremismos. Através desse exemplo percebemos que o sistema de freios e contrapesos vem dando então lugar ao impasse e a disfunção.

Existe um interessante ponto de discussão entre Mounk (2018) e Ziblatt e Levitsky (2018). Podemos ver em Ziblatt e Levitsky (2018) que muito se fala sobre polarização. Segundo os autores, esse fenômeno vai para além das diferenças políticas e permeiam temas como raça e cultura. No livro os autores apontam a questão racial nos EUA, e falam de como os partidos acabaram virando tendas ideológicas nos últimos anos. Apesar de mencionar a tensão racial o autor não trabalha de fato a temática no livro, não realiza uma análise sobre o motivo e suas consequências.

Mounk (2018), por outro lado, tenta realizar uma análise mais completa em relação a isso. O autor trabalha exclusivamente com a questão da identidade. Ele identifica que em sociedades mais homogêneas, como algumas na Europa, a transformação demográfica pode ser encarada com maior pessimismo se a população experimentar ansiedade econômica. Assim, para esse autor, não são as cidades com alta taxa de imigração que tendem a ter valores contra a imigração, mas sim sociedades altamente homogêneas e que receiam como esse contato pode mudar as suas vidas.

Mounk (2018) volta no tempo para apresentar como anteriormente cidadãos da França e Itália tinham dificuldades em se ver enquanto europeus, e isso abre um espaço para explorar a questão da migração relacionado à eleição de líderes populistas. Assim – como no exemplo citado pelo autor – a identidade se transformou e isso nos leva a pensar se o nacionalismo que vem sendo construído no século XXI abrirá espaço para a diversidade. Ele alerta sobre como o populismo contribui para redefinir o que se entende enquanto nação e que esse tipo de nacionalismo excludente também ataca as instituições. Mounk (2018) destaca a necessidade para a construção de um senso de comunidade entre todos, para evitar o temor sobre migrações e como isso modifica o que e quem se entende por povo e nação.

Sob as circunstâncias de polarização, para Ziblatt e Levitsky (2018), pertencer ao partido democrata ou republicano passa a ser uma questão de identidade. Os partidos passam a trabalhar com comunidades, culturas e valores distintos. Nesse cenário, ser democrata representa defender uma minoria étnica e ser republicano significa defender os valores de um partido majoritariamente branco e de religiosidade cristã evangélica.

Ser democrata ou republicano se tornou não apenas uma questão de filiação partidária, mas uma identidade. Uma pesquisa de 2016 conduzida pela Pew Foundation revelou que 49% dos republicanos e 55% dos democratas dizem que o outro partido lhes “dá medo”. Entre os norte-americanos politicamente engajados, os números são ainda maiores – 70% dos democratas e 62% dos republicanos dizem que vivem com medo do outro partido. (ZIBLATT; LEVITSKY, 2018, p. 170).

Dentro desse cenário Trump inaugura seu mandato chamando a mídia de inimiga do povo americano e demonstrando pouca crença nos juízes, policiais e serviços de inteligência. Ele busca punir as agências que atuaram com maior independência, buscando dessa forma retirar de circulação possíveis ameaças.

São em momentos de crise que devemos prestar atenção para que as grades que firmam a estrutura democrática não se rompam. Crises representam um grande perigo para a democracia porque é durante elas que o poder se concentra no líder de governo, o que pode causar danos as instituições. Outra possibilidade de crise é quando o valor das eleições é diminuído após a população deixar de acreditar nos líderes que elegeram.

Por fim, um grande problema para o comportamento desviante de Trump, é que retificar a violação das regras não escritas traz um novo padrão sobre o que consideramos absurdo ou normal, e essa ampliação de margem pensada a longo prazo pode colocar abaixo de vez as grades de proteção da democracia.

A eleição de Trump serve como exemplo de um movimento mundial de recuo da democracia no mundo. Os autores enxergam 3 possíveis futuros para os Estados Unidos: 1) uma não reeleição de Trump e uma recuperação democrática (lembrando que somente o seu afastamento não necessariamente recupera as grades da democracia); 2) uma reeleição com uma maioria na Suprema Corte e com a construção de maiorias brancas eleitorais; 3) uma expansão da polarização com a ausência de vez das grades de proteção da democracia.

Resta, nesse cenário, tentar construir barreiras para esse processo e tentar reverter a polarização. Os autores destacam que a oposição deve ser forte e presente, mas sem violar normas democráticas. Além de buscar construir uma democracia que seja plural e multiétnica, buscando também um apoio em políticas sociais que beneficiem a todos. Por fim, a democracia se mostra um esforço coletivo que nenhum presidente sozinho consegue colocar em vigor novamente, deve-se buscar a restauração de normas, mas dessa vez buscando alcançar toda a diversidade da sociedade.

Mounk (2018) também identifica que populistas autoritários vêm obtendo espaço em vários países. Exemplos desse movimento em ascendência podem ser identificados em países

como Rússia, França, Turquia, Polônia, Áustria e Hungria. Nos Estados Unidos, a eleição do atual presidente também se revela um importante marco para a representação desse cenário. Ao mesmo tempo em que se percebe – o que o autor classifica enquanto um “momento populista” – em sua maior parte voltado para a extrema direita, existe uma crise da democracia liberal. Esses dois fenômenos estão, portanto, relacionados.

Com o título de seu livro “People vs. Democracy”, Mounk (2018) nos mostra um termo interessantíssimo para a compreensão desse processo, pois, populistas conseguem seu espaço explorando o afastamento entre população e valores democráticos. De maneira semelhante a Ziblatt e Levitsky (2018), Mounk (2018) identifica que a obrigação de jogar pelas regras do jogo não é considerada mais tão fundamental. Por muitas vezes são os próprios políticos do *establishment* que são afetados pelo crescente sentimento de hostilidade às formas tradicionais de políticas, e ainda assim, têm ações que ajudam a agravar essa realidade.

Mounk (2018) caracteriza muito bem como se comportam os atuais populistas de direita que buscam ser eleitos. Eles precisam sempre de um alvo para apontar algum tipo de culpa, em um primeiro momento esse culpado geralmente está fora do país, mas posteriormente é projetado também internamente. Antes da eleição, os populistas se apresentam enquanto líderes verdadeiramente honestos e dotados da capacidade de representar a “voz” do povo. Uma vez que não pertence ao sistema “viciado” tradicional, por se tratar de um *outsider*, esse candidato seria o representante ideal. Quando eleito, ele precisa trabalhar contra o “sistema”, ou seja, ir contra as instituições que representam bloqueios e entraves para que ele realize a “vontade popular”. Assim, qualquer forma de relação com minorias passa a representar a quebra com a lealdade que possui ao “verdadeiro povo”. Qualquer tipo de defesa ou associação a esses grupos seria compreendido como corrupção.

Ainda explorando esse momento populista, o autor trabalha com a ideia de que existe uma força amplamente democrática que deve ser reconhecida dentro dos governos populistas. Essa força seria o puro *demos*, que opera de maneira pujante dentro desse movimento. Ao prezar sempre por essa realização da “maioria”, ele se mostra contra todo e qualquer direito individual que possa vir a ficar acima da “voz popular”. Por isso, os movimentos populistas, para o autor, podem ter um viés democrático, mas não possuem uma força liberal política relativa a direitos individuais presentes. Populistas rejeitam toda e qualquer norma que vise regulamentar ou limitar de certa forma a “representação” popular que prometem trazer.

Um elemento que favorece o imaginário da população a favor desses *outsiders* é que são oferecidas soluções simples para questões complexas. Eleitores, segundo Mounk (2018), não gostam de pensar que o mundo pode ser mais complicado do que eles conseguem assimilar. Dessa forma, quando surge uma figura que coloca grandes questões e temas complexos como simples, e ainda oferece uma resolução a curto prazo, ela ganha popularidade. Entretanto, como essas soluções simples não funcionam, ao serem eleitos esses problemas podem ser agravados, e a população, ainda assim, não costuma retornar seus votos para candidatos do *establishment*, mas pode se voltar para outros *outsiders* ou ditadores (MOUNK, 2018).

Mounk (2018) faz uma importante reflexão acerca dessa pulsão democrática presente no movimento populista. Para compreender melhor essa questão, e explorar essa “separação” entre funções puramente democráticas ou liberais, o autor nos apresenta dois termos que podem ser identificados a partir dessa situação: Democracia iliberal e liberalismo não democrático.

O autor destaca que o populismo possui seu aspecto democrático, porém não é liberal politicamente e tem como alvo as instituições,

[...] once populist leaders have done away with all the liberal roadblocks that impede the expression of the popular will, it becomes very easy for them to disregard the people when its preferences start to come into conflict with their own (MOUNK, 2018, p.8).²¹

Dessa forma, quando retirada o aparato liberal para dar “voz” ao povo, também é removido todo o sistema que o protege quando determinados políticos tentam subverter o jogo em benefício próprio, abandonando então a vontade daqueles que o elegeram.

Um ponto interessante é que nessa promessa de finalmente dar ouvidos ao povo, a transmissão que os líderes populistas fazem “fielmente” possui demarcada, de maneira clara, quais cidadãos fazem parte desse grupo e quais não. Quem é o verdadeiro e único “povo” e quem são os inimigos. Esse ataque às instituições formais e informais buscam, portanto, eliminar e tirar do jogo aqueles que possam questionar essa narrativa. Isso também aparece na relação entre populistas e a mídia tradicional.

21 [...] uma vez que os líderes populistas acabam com todos os obstáculos liberais que impedem a expressão da vontade popular, torna-se muito fácil para eles desconsiderar o povo quando suas preferências começam a entrar em conflito com as deles. Tradução minha.

Tanto no momento da eleição quanto para se manter no poder, é preciso que esses *outsiders* fortaleçam um canal de mídia que exiba suas narrativas sem apresentar outras perspectivas e ainda ajude a rebater as críticas feitas a eles pela mídia tradicional. Nisso vemos as redes sociais operando como uma grande frente para a propagação de suas ideias. Um bom exemplo para esse caso é a relação de Trump com as mídias. Seu noticiário regular, segundo o autor, se encontra no Facebook e a sua relação com a mídia tradicional se encontra “confortável” somente com a *Fox News*, que vem se mostrando uma aliada. Fora de poucas exceções o presidente tece ataques e dá descrédito a jornais com grande credibilidade entre os americanos.

Já o “liberalismo não democrático” é o termo dado para o fenômeno em que, ao longo do tempo nas democracias liberais, o julgamento popular foi sendo afastado de diversas pautas. Com o afastamento no processo decisório, o sistema foi se tornando “menos democrático”, e a presença de instituições que “ajudavam” a regulá-lo foi se mostrando cada vez mais presente.

Existe uma proximidade na forma com que Mounk (2018) e Runciman (2018) enxergam a democracia. O primeiro a vê como uma promessa e para o segundo ela é formada pela confiança. Para Mounk (2018), a democracia é uma promessa para diferentes esferas da sociedade, promete para as massas que vão poder fazer valer sua opinião, promete as minorias que terão seus direitos resguardados, e promete as elites econômicas que conseguirão proteger suas riquezas (MOUNK, 2018). Já a democracia para Runciman (2018) é forjada na confiança entre o Estado e os diferentes estratos da sociedade. Aqueles de classes mais altas confiam que as bases não irão usufruir de suas riquezas, os militares confiam que civis não terão acesso as suas armas e políticos confiam que vale a pena aguardar o próximo ciclo eleitoral caso seja derrotado ao invés de dar um golpe.

O termo “liberalismo não democrático” se trata de perceber que existem raízes não democráticas dentro do sistema representativo que temos hoje, e notar como ao longo das últimas décadas, cada vez mais, tópicos importantes vêm sendo retirados da avaliação e da participação popular. Podemos perceber isso em quatro âmbitos: 1) nas agências governamentais; 2) na independência dos bancos centrais; 3) nos tratados internacionais; 4) e com o *judicial review*.

A capacidade de atuação em processos decisórios dos representantes eleitos vem, de certa forma, sendo limitada. Os políticos cada vez mais perdem poder para as cortes, para os

burocratas, para os bancos centrais e organizações internacionais (MOUNK, 2018). Tratando do primeiro ponto, com o aumento das agências governamentais também se percebe, na transição do século XX para o início do XXI, o aumento do número de burocratas. Essas agências governamentais fazem parte do desenho e da formação de leis aprovadas, ou seja, vem ocupando o local dos legisladores.

Com o segundo ponto vemos a independência dos bancos centrais, vide o primeiro exemplo na Alemanha com o *Bundesbank*, em que foi permitido decidir, de maneira independente, sobre os seus objetivos políticos. A independência dada a esse banco foi diferente do que havia acontecido até então. Ao poder decidir sobre seus próprios objetivos políticos ele e os outros bancos centrais que seguiram seu modelo, como o *European Central Bank*, poderiam, por exemplo, em um momento de crise econômica ter autonomia para decidir se seguiriam um caminho que buscase manter a baixa inflação ou baixo desemprego.

Isso tem como resultado que importantes decisões econômicas capazes de produzir impacto na vida de milhares de pessoas sejam decididas por tecnocratas não eleitos. Uma das justificativas para a implantação desse modelo é que bancos independentes se pautariam em planos a longo prazo, diferente do que os orientados por políticos fariam, pois teriam que pensar de acordo com o tempo de mandato que possuem. Uma problemática além das decisões tomadas por tecnocratas é que não há como responsabilizá-los politicamente por suas decisões.

O mesmo ponto vem com o *Judicial Review* que ao deixar nas cortes a guarda contra uma tirania da maioria, leva temas importantes de discussão para a responsabilidade de juízes que são insulados da vontade popular. Atualmente, segundo o autor, o papel da suprema corte é bem mais amplo do que quando a constituição americana foi feita. Entretanto, o *Judicial Review* auxilia a proteger os direitos individuais e o Estado de direito, e em momentos de crise os juízes são mais prováveis de proteger minorias vulneráveis.

Por último, o crescimento de tratados e organizações internacionais, que apesar de produzirem impacto nas políticas domésticas, retiram desses países a possibilidade de modificar ou opinar em assuntos importantes. Segundo Mounk (2018) o investimento estrangeiro aumentou nos países nas últimas décadas de forma que é natural a expansão de tratados e de organizações. Isso auxilia a unificação e decisão de pautas mundialmente importantes como, por exemplo, os tratados para a redução de emissão de gás carbônico.

O autor faz esses apontamentos para expor a natureza não democrática, mas destaca, também, a importância e a necessidade das instituições liberais que atuam no cotidiano. Bom exemplo são as cortes que por possuírem, muitas vezes, mais preparo que os representantes eleitos, trabalham melhor com questões filosóficas e complexas. Da mesma forma, agências independentes do governo resolvem problemas mais complicados melhor do que outras instituições. Uma possível solução para essa questão, segundo o autor, seria que essas instituições buscassem uma ponte entre a sua técnica e eficiência e a capacidade de responder a vontade popular.

Tendo como foco os norte-americanos, o autor apresenta dados de que eles venham não só desacreditando da vida pública, como também diminuam o interesse e confiança em temas relacionados a política. O nível de desconfiança e ódio que políticos precisam enfrentar atualmente é maior do que em outras décadas. Ao longo dos últimos anos muitos tópicos vêm sendo retirados da discussão pública e o processo eleitoral também vem se modificando. Os políticos se parecem cada vez menos com as áreas que representam, e o poder de influência de um cidadão comum, atualmente, no parlamento, é baixo. Na contramão disso, o poder e influência de grandes empresas, também com o poder de lobby vem crescendo e possui grande capacidade de influência por meio também de financiamento de campanhas, entre outros. Para além disso, Mounk (2018) aponta três outros fatores que estão na raiz para esse cenário de desconstrução democrática, como o novo papel das mídias sociais, a estagnação econômica e o papel da identidade na contemporaneidade.

A internet, e a tecnologia em geral, são temas que se fazem presentes nas teorias sobre declínio democrático. A sua popularização trouxe mudanças na forma com que as pessoas se comunicam e se relacionam. Os desdobramentos a partir disso fazem grande impacto também na política e produzem ramificações no processo que certamente transformaram a forma como o jogo é jogado. Redes sociais, disparo de mensagens e *Fake News* são “novos” e importantes fatores capazes de influenciar o rumo de eleições e modificar a opinião pública. Os autores tratam esse fenômeno a partir de diferentes ângulos. Mounk (2018), por exemplo, além de focar em como *outsiders* conseguem fazer uso das redes sociais, também pensa sobre a distribuição e alcance que diferentes pessoas possuem no ambiente virtual. O fato de que qualquer pessoa pode expor seu ponto de vista, não necessariamente democratiza o processo. Runciman (2018), também trata dessa questão, mas tem o seu foco mais voltado para como se apresenta, atualmente, a relação entre tecnologia e Estado. Em Ziblatt e Levitsky (2018) a

participação de tecnologias é tratada de maneira breve, explorando basicamente como Trump consegue fortalecer sua narrativa por meio delas, durante as eleições.

Tanto Runciman (2018) quanto Mounk (2018) concordam que existem ressalvas na narrativa de democratização da informação possibilitada pela internet. Apesar do aspecto democrático e inclusivo que possibilita acesso e conexão entre diferentes pessoas ao redor do mundo, os autores apresentam reflexões sobre como elas se relacionam e qual o impacto que podem causar na realidade social e no âmbito político. Mounk (2018) chama a atenção para a mudança que acontece na distribuição da informação. Com a internet e as redes sociais amplia-se o espaço e “voz” individual, assim, esse lugar de divulgação de narrativas não está mais restrito aos veículos tradicionais de mídia. Apesar de o conteúdo de uma pessoa comum ser tanto de fácil acesso quanto o de qualquer outro, ainda é difícil que essa ideia da pessoa comum alcance muitas outras pessoas com a mesma oportunidade, chance e proporção. Mas ainda assim, as emissoras tradicionais não conseguem controlar completamente o modo como a informação é produzida e distribuída.

Das outras ressalvas apresentadas pelos autores também são apresentadas considerações relativas à organicidade desse novo espaço. Enquanto Mounk (2018) pesa sobre o alcance de notícias falsas e inflamatórias, e como *outsiders* conseguem atingir muitas pessoas se utilizando dessas ferramentas, Runciman (2018) se preocupa em como esse processo de ampliação tecnológica de redes e dados pode acabar por descaracterizar sujeitos e não por proporcionar a participação ampliada e horizontal almejada por muitos. Existe ainda uma reflexão sobre se a internet proporciona mais uma ferramenta de participação ou nos torna apenas números em banco de dados.

Avançando para o ponto da estagnação econômica, esse é um fenômeno que se mostra mais presente em décadas recentes. Ao mesmo tempo em que o crescimento econômico vem desacelerando, os padrões de vida se estagnam. Nos últimos 20 anos foi registrado um crescimento anual de apenas 1,5%, dessa forma, a economia caiu e a desigualdade aumentou, o que acaba por gerar estagnação nos padrões de vida.

O temor é um elemento que conecta a esfera econômica a da identidade, como já mencionado anteriormente. Explorando como o populismo cresce se utilizando desses pontos e retomando ao argumento econômico, é possível perceber como ele trabalha o sentimento de nostalgia pelo passado econômico e como isso gera a diminuição de esperança nas pessoas. Essa desesperança se constrói também na medida em que a desigualdade se mostra presente e

os mais jovens não conseguem se desenvolver e crescer materialmente muito além do que fizeram seus pais.

Since 1986, America's GDP per capita has increased by 59 percent. The country's networth has grown by 90 percent. Corporate profits have soared by 283 percent. But those aggregate numbers hide the distribution of gains. Only 1 percent of total wealth growth from 1986 to 2012 went to the bottom 90 percent of households. By contrast, 42 percent went to the top 0.1 percent. (MOUNK, 2018, p. 218)²²

Para além dos problemas distributivos, Mounk (2018) evidencia que o governo norte-americano por meio jurídico não só permite a manutenção de riquezas, como a retira dos mais vulneráveis. Ele diz que são formadas brechas no congresso que permitem que os super ricos acumulem ainda mais dinheiro. Para além disso, o sistema que assegura o mínimo de condições às classes menos favorecidas economicamente vem sofrendo baixas. Isso se mostra presente, segundo o autor, em países da Europa em que, apesar da taxaço dos mais ricos não vir diminuindo, como nos EUA, vem desmantelando seu sistema de proteção social com medidas de austeridade. Essas medidas resultam no sucateamento de serviços públicos ao mesmo tempo em que os impostos para a camada que utiliza em maior parte esses serviços continua subindo.

Como possível solução, Mounk (2018) aponta sobre a necessidade de conservação e restauração dos elementos básicos que constituem o estado de bem-estar social e a taxaço dos mais ricos. Para ele, grandes investidores que possuem negócios para além de seus países deveriam pagar impostos nos países em que residem, isso seria algo que auxiliaria na arrecadação, além de cada país exigir parte proporcional de impostos de acordo com o território que elas ocupam. Outra medida seria endurecer as punições criminais para fraudes e sonegação de impostos.

Por fim, Mounk (2018) destaca a necessidade da remodelação da identidade sobre o pertencimento do que é estar empregado atualmente. As nações precisam se adaptar aos novos tempos, muitas pessoas não possuem mais trabalhos formais, dessa forma precisam buscar precauções para proteger melhor e assegurar direitos a essa parcela da população. Os países também precisam buscar ser o mais transparente possível em suas ações sobre sua relação com lobistas e evitar ao máximo conflitos de interesse. Essa é uma forma de ajudar a reduzir os discursos de ódio e teorias da conspiração que encontram na tecnologia um espaço para se

22 Desde 1986, o PIB per capita americano aumentou 59%. O patrimônio líquido do país cresceu 90%. Os lucros corporativos dispararam 283%. Mas, esses números agregados escondem a distribuição desses ganhos. Apenas 1% do crescimento total da riqueza de 1986 a 2012 foi para os 90% mais pobre das famílias. Em contraste, 42% foi para o topo de 0.1%. Tradução minha.

propagar. Uma boa governança em relação a como a internet vem afetando e transformando a política é fundamental. Também, a retomada de produções intelectuais que eduquem e ressaltem o papel essencial dos valores democráticos.

Já Runciman (2018) de certo modo se diferencia da forma com que outros autores enxergam o atual cenário. Ao invés de possuir como principal alerta o processo de desconsolidação democrática em si, o autor busca explorar determinados desdobramentos desse processo, que para ele são tão preocupantes quanto. O autor explora quais seriam os possíveis problemas de manter um sistema de governo esvaziado do que era a princípio, ou com quais consequências teremos que lidar se não soubermos identificar o momento do fim e discutir sobre o que virá em seguida, em substituição a democracia.

O movimento de Runciman (2018) em explorar um assunto que é de certa forma sensível, é um diferencial. É dada a abertura para a construção de teorias de que o “salvamento” da democracia a qualquer custo pode nos levar a enfrentar um caminho ainda mais árduo. Outro ponto interessante é que por interpretar o atual declínio como uma crise de meia idade, o autor assume a postura de que esse momento será superado, e que, portanto, não é o fim de fato.

As democracias continuam a ser eficazes em evitar a hora mais difícil. Sua incapacidade de se posicionar ou manter as coisas em proporção é útil para adiar o pior, ainda que a frustração possa ser profunda quando se tenta fazer melhor que isso. Empurrar o problema para diante é o melhor que as democracias fazem. E é por isso que o caminho que ainda têm pela frente pode se revelar bem mais comprido do que achamos. (RUNCIMAN, 2018, p. 196).

Para Runciman (2018), o populismo se apresenta sob determinadas condições, sendo elas: crise econômica, mudança tecnológica, desigualdade crescente e ausência de guerra. Apesar de ter a maior parte das análises voltadas para os EUA e a Europa, o crescimento de líderes de extrema-direita vem aumentando como um todo se comparado com o que tivemos no período pós-guerra. Outra reflexão que se mostra bastante presente a esse movimento ou “momento” populista – para lembrar Mounk (2018) – é como as teorias da conspiração marcam presença nesse acontecimento.

As crises passam a acontecer quando existe uma quebra de confiança da população com a democracia, e é também nesse momento que o populismo consegue emergir. Como já apresentamos anteriormente, o ponto principal do autor não é exatamente descobrir como a crise acontece, mas explorar como a democracia liberal ainda se mantém de pé em meio a essas turbulências. “Quando a democracia chegar ao fim, o mais provável é que fiquemos

surpresos com a forma que irá assumir. Podemos nem sequer perceber que o fim está chegando porque estaremos olhando na direção errada”. (RUNCIMAN, 2018, p. 6).

Com a promessa de restaurar o que o *establishment* não conseguiu manter, populistas vem ao poder com uma característica “antissistêmica”. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos reflete bem esse ponto. Apesar de ter sido eleito no processo tradicional e, mesmo ocupando o cargo mais alto que representa o *establishment*, quando eleito, o presidente apresenta uma resistência em se portar como parte daquele grupo. Golpes continuam fazendo parte do discurso de Trump, ainda que ele tenha conseguido ser eleito e governe sem interferências externas. Percebe-se então que o *link* entre teorias da conspiração e líderes populistas consegue se manter mesmo após a eleição. Apenas esses fatos alternativos e teorias estariam aptos a exporem a verdade, que claro, se encontra fora dos valores democráticos.

A crise composta por fatos alternativos é muito mais semelhante a época de 1980 do que a de 1930. O estilo de política conspiracionista e paranoico representa mais a crise atual do que aquela em que o fim da democracia se mostra nas ruas, com guerras e tanques, entre outros. Se baseando nessa diferença, do que tivemos antes para o que temos agora, o autor desenvolve com qual forma a violência política, a calamidade e a revolução da informática se apresentam como sintomas que levam a crise. O autor faz questão de ressaltar que a crise desse momento não irá “desaguar” na década de 30. Segundo o autor a violência política não é a mesma, nem em escala e nem em força. A ameaça de catástrofe ou calamidade não possui mais um efeito mobilizador sobre as pessoas. E por último, a revolução informática altera a forma como a democracia deve funcionar (RUNCIMAN, 2018).

Com a missão de que reconheçamos os sinais e sintomas de crise democrática, Runciman (2018) vem desconstruindo o imaginário de golpe de Estado tradicional que geralmente existe no senso comum. Golpe, contemporaneamente, pode não se fazer com tanques nas ruas e músicas marciais nas televisões e rádios. Existe uma diversidade de formas de implementação de golpes que podem inviabilizar o regime. Ele aponta cinco tipos de golpes: 1) executivos; 2) fraude no dia da eleição; 3) golpe promissório; 4) ampliação do poder executivo e 5) manipulação estratégica das eleições.

Com isso, para perceber melhor a diferença entre os diferentes tipos de golpe, damos destaque a dois, o executivo e o promissório. O golpe executivo é mais ligado ao modelo antigo e “tradicional” que conhecemos. Quando a democracia é retirada do jogo é preciso que

toda a população compreenda e internalize que aquilo aconteceu, tudo que é ligado ao regime anterior é derrubado, para que fique claro que existe um novo regime. Já o golpe promissório se encontra na contramão desse modelo. Tudo que é explícito é evitado, a não vigência democrática é disfarçada ao máximo para que se continue aparentando a sua funcionalidade, e o ditador inclusive busca se validar em meio as eleições. É preciso que não se perceba a mudança, dessa forma, vai se esvaziando as instituições democráticas e suas outras características, até que sobre apenas um “manto” que camufle o golpe, (RUNCIMAN, 2018).

Como ponto de reflexão sobre esse assunto, Runciman (2018), apresenta o caso grego em que a democracia não fica refém de uma força militar, mas econômica. O afastamento do povo do processo decisório não se dá com tanques, mas com os bancos, dessa forma, a democracia não foi derrubada, mas desgastada. Por esses golpes e contragolpes serem silenciosos, e por estarem afastados do olhar público, isso acaba colaborando para que as teorias da conspiração ganhem força.

Partindo para a análise das calamidades, também existe uma distinção entre o antes e o agora.

Hoje, quando boa parte do establishment político se empenha em levar a sério a ameaça da mudança climática, rejeitá-la é um modo que as pessoas fartas de tudo têm de se fazer ouvir. É sempre um erro imaginar que, numa disputa democrática, um dos lados se importa com o destino do planeta e o outro lado nem liga. Os dois lados se importam, e nenhum dos dois liga. Os dois se importam porque ninguém deseja o fim do mundo. Nenhum dos dois liga porque a democracia é assim mesmo: o que realmente importa para as pessoas é quem irá lhes dizer o que devem fazer. (RUNCIMAN, 2018, p.100).

As ameaças que se enfrentam nas últimas décadas são amplas e difusas, o que dá a sensação de que não é preciso se preocupar no momento e que na verdade ela não irá ser tão grave como se pressupõe. Ligado ao tema das catástrofes, elas não conseguem mobilizar politicamente as pessoas em torno de pautas democráticas. Apesar dos avanços alcançados no século XX, o que temos nas últimas décadas são países democráticos quebrando acordos, leis de proteção sendo desfeitas a cada eleição e aumento dos índices de poluição. Não existe um grande medo que mobilize a população, apesar da seriedade das consequências do aquecimento global – mesmo que ele seja onipresente não se sabe exatamente quando irá acontecer e nem quais territórios sofrerão mais. “A democracia começa a se mostrar cada vez mais errática quanto à conservação de condições ambientais adequadas para a vida humana”. (RUNCIMAN, 2018, p. 83).

Por fim, chegamos ao último ponto que diz respeito a revolução informática. A maneira com que o Estado utiliza dados sobre sua população e como as pessoas utilizam dados sobre o Estado provavelmente nunca será proporcional. Essa questão diz respeito a capacidade com que os governos têm de ampliar seu aparato de vigilância para com a sua população, sendo muito maior do que a chance de as pessoas compelirem dados para questionar os governantes.

Outro exemplo de como o processo de informatização não contribuiu para a democratização são as *Fake News*. O disparo em massa não coloca grandes pautas relevantes a todos em discussão e debate. Pelo contrário gera conteúdo direcionado e falso para cada esfera social, conseguindo assim direcionar a formação de opinião sobre determinado assunto, influenciar em eleições, entre outros. Por fim, um ponto positivo é como a tecnologia auxilia o Estado a gerir várias frentes, mas deve-se tomar cuidado para que as informações coletadas auxiliem a resolução de problemas reais, ao invés de se limitarem a resolver apenas aquelas criadas pelo próprio sistema de informação.

Uma questão interessante é a capacidade da tecnologia em espalhar o medo de catástrofe em meio a população. É o medo da interconexão, onde se uma coisa dá errado é possível que cause colapso em todo o resto, algo como um efeito borboleta virtual. Isso pode ser entendido no sentido de pandemias, sistemas econômicos e outros.

Quando o autor avança na discussão apresentando como se dá a relação de grandes empresas de informação e tecnologia com o Estado, ele relativiza um pouco a capacidade de influência das grandes empresas na sociedade e os seus impactos na democracia.

Mas Zuckerberg pode ditar ordens ao presidente dos Estados Unidos? Não. Os 2 bilhões de usuários do Facebook podem suplantar, numa eleição, os 200 milhões de integrantes do eleitorado estadunidense? Não. Mas o Facebook pode solapar o funcionamento da democracia dos Estados Unidos? Sim. O desafio que representa não é direto, mas de segunda mão. A espada ainda vence o smartphone. O Facebook não derrotaria o Leviatã num combate mortal. Mas pode debilitar as forças que mantêm intacta a democracia moderna. Mesmo que não consiga harmonizar sua hierarquia interna com a sua rede, ainda teria meios de desconjuntar a hierarquia e a rede do Estado democrático. (RUNCIMAN, 2018, p.127).

Sobre o enfrentamento desse momento difícil em que a democracia passa, Runciman (2018) diz que

Para chegarmos ao melhor futuro possível, precisamos nos dispor a enfrentar o pior. Além disso, precisamos partir do ponto onde nos encontramos hoje. O presente contém indicações dos tempos que virão, mas é dominado pelos ecos do passado. A democracia que a tantos inspira antipatia e desconfiança continua a ser um lugar familiar e confortável, se comparada à perspectiva do desconhecido. Esta é a nossa

crise da meia idade. Pode ser que prefiramos chafurdar nela” (RUNCIMAN, 2018, p. 189).

Esse lugar familiar e confortável a que ele se refere se apresenta também na dignidade com que a democracia promete trazer as pessoas. Ter sua opinião levada em consideração por seus políticos, manter sua liberdade de expressão e gozar de estabilidade. Entretanto, é importante frisar que a apreciação desses benefícios por grande parte dos cidadãos – principalmente aqueles que pertencem a alguma minoria – só é possível através de luta social, sem ter a certeza de obtenção ou mesmo que essa distribuição se dá de maneira equitativa. “Essa lacuna — entre o que é prometido a cada um como indivíduo e o que é proporcionado à sociedade como um todo — deixa muito espaço para propostas alternativas.” (RUNCIMAN, 2018, p.157). O autor discute alternativas como epistocracia e tecnocracia, e em meio a essa discussão destaca como uma política que já foi ousada – como a democrática – se tornou sinônimo de cautela. Ainda assim, reconhece que se deve ter todo o cuidado ao se pensar em abandoná-la.

Por fim, o autor não acredita em solucionismo, mas diz que o desafio principal para a democracia é conseguir reconectar o que ao longo dos anos vem deixando de funcionar. Ele reconhece que, quando escreve, a democracia brasileira aparenta estar mais vulnerável. Ao mesmo tempo em que aponta a situação de diversos países ele assinala que os fatos não se repetem em todos os países, de forma que não devemos projetar o que passa os Estados Unidos em outros Estados, e que as democracias continuam a seguir caminhos distintos ao redor do globo, (RUNCIMAN, 2018).

1.3 Onde o institucional e o neoliberalismo se encontram

A partir daí, pode-se ser aferido alguns pontos principais como a influência de políticas neoliberais que se mostram presentes no cenário apresentado por Mounk (2018). Quando o autor mostra a questão da identidade em um cenário contemporâneo, um ponto muito importante merece ser destacado. A preocupação em torno da identidade é correlacionada ao temor sobre imigração. A forma como o “nós contra eles” é construída faz com que a população se polarize e isso gera dúvidas sobre quem é considerado o verdadeiro “cidadão” pertencente a esses lugares. Isso é importante – por claro, vários motivos – mas, entre eles podemos apreender o senso de comunidade que é alterado dentro desses países.

O que é entendido enquanto povo e nação vêm se transformando, e isso muito se alinha ao contexto individualista e sem responsabilidade coletiva gerada por políticas neoliberais. O autor se pergunta se no nacionalismo do século XXI existe espaço para a diversidade. Em um cenário neoliberal, onde cada indivíduo é empreendedor de si, a resposta a essa pergunta é não. Não existe espaço para a construção de um cenário de solidariedade social amparado pela construção de políticas sociais que buscam reafirmar e consolidar a participação de minorias nesse sistema político.

Outro ponto importante, é, pensando do ponto de vista econômico como o aumento da desigualdade – realizado por meio de medidas de austeridade – leva ao dismantelamento do serviço de proteção social. Isso se relaciona diretamente ao que foi citado no parágrafo anterior. Em um cenário neoliberal, serviços que garantem a dignidade de minorias e inclusão no sistema político se tornam alvos. Para além disso, Mounk (2018) apresenta, de um ponto de vista fiscal, como governos nos EUA e de boa parte de países na Europa, prevalecem um tipo de tributação que favorece a manutenção e concentração de grandes riquezas. É possível perceber quando pensamos nesses fatores de forma conjunta – e não isolada – a importância de se compreender o neoliberalismo como um projeto que se articula em diversas frentes pelas esferas da vida e que vai de mão única em conjunto ao retrocesso democrático.

Um ponto interessante quando exploramos as obras de eixo institucional que pensam sobre o declínio da democracia. É como, por vezes, existe, na origem da democracia um afastamento de participação popular que vai para além de um contexto histórico e se torna normativa para que a mesma continue existindo. Se pensamos sobre a obra de Levitsky e Ziblatt (2018) a história eleitoral dos EUA é de um arranjo antidemocrático e essa restrição – nesse primeiro momento- é o que possibilita a salvaguarda dos portões. Os autores também destacam que o princípio de tolerância mútua só é possível de se estabelecer – por volta dos anos 1877 a 1880 – com a retirada de pautas sobre igualdade racial da agenda política.

Quando pensam contemporaneamente apresentam novamente esse dilema com a eleição do ex-presidente Obama, apresentando que nesse momento rondava o país o princípio de uma “guerra sectária”. Os partidos nesse momento, até os dias de hoje, estão divididos em tendas ideológicas. O que é surpresa, a partir dos pontos apresentados, é que esse afastamento de diversas camadas da sociedade a participação política se dá não só na história americana, mas também nas teorias dos autores.

Apesar de apresentarem a necessidade de uma construção de política social plural existe – dentro da teoria construída pelos autores - no princípio das próprias instituições e na forma como elas protegem a democracia um afastamento entre o povo e a democracia. Como pensar na construção de políticas sociais sem se voltar minimamente para a tributação e orçamento que essas mesmas instituições realizam? Charles Tilly (2007) já tratava dessa importância. Para o autor quanto mais um Estado tributa mais ele se democratiza. Quanto mais “negocia” mais democrático fica, pois ao construir essas políticas ele precisa validar com sua população. Dessa forma, traz as pessoas para perto e inclui ao arranjo ao invés de afastar e interpretar as interpretações como ameaça as fundações da democracia americana. As instituições se legitimam à medida que se relaciona com seus cidadãos, para pensar instituições é necessário também olhar para tributo e orçamento.

CAPÍTULO 2 - O QUE AS TEORIAS CULTURALISTAS TEM A DIZER

Neste capítulo continuamos buscando compreender como o retrocesso democrático e o neoliberalismo se apresentam nas obras selecionadas. Neste momento, volta-se o olhar para obras que compõem um campo de análise que se preocupa com aspectos culturais, diferente da abordagem voltada às instituições adotadas no capítulo anterior. Faz-se necessária uma breve apresentação das obras selecionadas e dos autores que as compuseram. A primeira trata-se de “Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism”, publicado em 2019 e escrito por Pippa Norris e Ronald Inglehart. Pippa Norris é uma cientista política especializada em política comparada. Explora temas como opinião pública e eleições, instituições e cultura, gênero e comunicação ao redor do globo.²³ Ela é também autora de obras como “Why Electoral Integrity Matters”²⁴ e “Strengthening Electoral Integrity”²⁵. O segundo autor trata-se de Ronald Inglehart²⁶, professor de Ciência Política na Universidade de Michigan. Ele transita entre os seguintes temas: política comparada, Political Development e psicologia política. É autor de livros como “Religion’s sudden decline”²⁷ e “The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western”²⁸.

A segunda obra trabalhada é escrita por uma socióloga. “Strangers in their own land: Anger and mourning on the american right” foi publicado em 2016. Arlie Russell Hochschild, a autora responsável pela obra, é Professora da Universidade da Califórnia em Berkeley²⁹. Tem seu interesse de pesquisa voltado principalmente para a família, mercado, psicologia social com foco em cultura, política e emoção. É autora de livros como “So How’s the Family? And Others Essays”³⁰ e “The Outsourced Self: Intimate Life in Market”³¹.

23 Disponível em: <https://www.pippanorris.com/>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

24 NORRIS, Pippa. **Why Electoral Integrity Matters**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

25 NORRIS, Pippa. **Strengthening Electoral Integrity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

26 Disponível em: <https://lsa.umich.edu/polisci/people/emeriti/rfi.html>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

27 INGLEHART, Ronald F. **Religion’s sudden decline**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

28 INGLEHART, Ronald F. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

29 Disponível em: <https://sociology.berkeley.edu/professor-emeritus/arlie-r-hochschild>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

30 HOCHSCHILD, Arlie R. **So How’s the Family? And Others Essays**. Berkeley: University of California Press.

31 HOCHSCHILD, Arlie R. **The Outsourced Self: Intimate Life in Market**. New York: Metropolitan Press, 2012.

2.1 O passo a passo do desfazer democrático

Antes de realizarmos nossa análise faz-se necessário apresentar do que tratam as obras selecionadas. Começamos pelo trabalho de Norris e Inglehart (2019). Os autores buscam explorar o fenômeno do cultural backlash, que acontece a partir de três eventos principais na atualidade: o trumpismo, o Brexit e o populismo autoritário. Esses eventos não são, entretanto, tratados de maneira isolada na obra. Os autores exploram como os partidos e candidatos, que se enquadram no que eles entendem enquanto populismo-autoritário, vêm ganhando espaço em diversos países. Isso acontece devido ao que eles entendem como uma revolução silenciosa em valores culturais que levam, como resposta, ao backlash a favor de agendas e candidatos autoritários. O campo analisado pelos autores trata dos Estados Unidos e de alguns países da Europa.

Mas o que seria o cultural backlash? O backlash seria uma reação autoritária pelos conservadores sociais. Os autores nos ensinam que o backlash acontece devido a um conjunto de fatores variados. Esses fatores são originados com uma mudança nas condições de vida ao longo de gerações. Esse deslocamento leva ao desenvolvimento de novos valores, princípios de vida e expectativas. Nesse momento, chegamos ao ponto que os autores definem enquanto revolução silenciosa. Ela transforma valores culturais, e isso está relacionado, como vimos, ao desenvolvimento e melhora nas condições de vida. Esse descompasso geracional nos valores leva a uma reação conservadora e possivelmente autoritária principalmente quando a diversidade social aumenta e as condições econômicas diminuem ou se estagnam. Essa reação conservadora se mostra nas urnas e se converte em cargos para populistas autoritários, o que, por sua vez, gera instabilidade democrática e mudanças na cultura cívica. É dessa forma que os autores identificam o que gera retrocesso democrático.

Certamente esse *backlash*, para os autores, acontece sobre circunstâncias específicas. O pano de fundo nessa situação para Norris e Inglehart (2019) é o final dos anos 60 e início dos 70 do século XX. Nesse período houve o desenvolvimento das estruturas sociais de longo prazo na sociedade pós-industrial, que levou à revolução silenciosa nos valores liberais, transformando também as necessidades de materiais para pós-materialistas. Essa revolução silenciosa aconteceu na segunda metade do século 21. Por viver em condições econômicas mais seguras do que outras gerações, segundo os autores, as gerações mais jovens cresceram

mais tolerantes. A cultura vai sendo transformada por meio desse processo de mudança de valor intergeracional. Esses valores envolvidos na cultura são orientações, diretrizes que se desenvolvem nos nossos anos formativos e persistem ao longo de toda a vida. Eles servem de direcionamento em comportamentos e opiniões. Dessa forma, as gerações mais antigas encontram um certo descompasso na forma como o mundo está atualmente para com o que era a norma enquanto eram jovens.

Esse descompasso se reflete nas urnas. Ao ter a sensação de que os valores que eles mais prezam estão se erodindo e o mundo que conhecem, por consequência, não é mais o mesmo, vem o *backlash* contra o grupo com os valores “dominantes”. Um ponto interessante destacado pelos autores é que a forma de polarização se altera. Não é, portanto, necessariamente sobre classe e religião, mas a disputa se dá na forma com que a redistribuição do bem-estar social é feita e no papel do Estado na Economia. Essa mudança acontece após os anos 70. E nas urnas, onde os valores se convertem em votos, se apresenta mais uma importante diferença. Segundo Norris e Inglehart (2019), o comparecimento eleitoral é desproporcional entre gerações. Desde já, o que é identificado pelos autores é que a geração *interwar*³² vota mais do que os *millenials*³³. Dessa forma, a taxa de comparecimento eleitoral é importante para eles, assim como quais gerações participam e quais não são tão presentes.

Pensando nessas gerações, os *millenials* e a geração X são os que mais possuem valores liberais, e apesar de eles representarem a maior parte do eleitorado nas sociedades ocidentais, por conta do *turnout*, gerações anteriores a eles estão sendo, de acordo com os autores, sobre-representadas.

Quando falamos em mudanças nos valores que fazem parte da cultura de uma sociedade, os autores estão identificando dentro dessa mudança o aumento de valores pós-materialistas³⁴ e socialmente liberais nas gerações mais jovens e educadas da sociedade. Importante lembrar, que a “sociedade” que os autores estão olhando trata-se de alguns países da Europa e dos EUA, ou seja, como destacado pelos próprios autores sociedades ocidentais de alta renda. Nos EUA, por exemplo, os *millenials* já são maiores que os *baby boomers* em quantidade de adultos.

32 Essa geração se refere ao período final da I Guerra Mundial e o início da II Guerra Mundial.

33 Essa geração é considerada a primeira global e a que cresceu na era da internet. Geralmente essa geração se limita pessoas nascidas 1981 a 1996.

34 Orientação de valores que prioriza a auto-expressão e qualidade de vida ao invés de pensar em sua segurança física e econômica em primeiro lugar.

Para analisar as diferenças entre os coortes geracionais os autores utilizam séries temporais. Eles comparam diferentes indicadores que tratam sobre: 1) A adesão de diferentes gerações a valores materialistas ou pós-materialistas; 2) Comportamentos com relação aos que possa ser liberal ou conservador na política; 3) Como se auto identifica com relação aos espectros liberais ou conservadores; 4) Apoio a valores autoritários ou libertários; 5) Confiança política.

Por meio desses indicadores buscam compreender quem é e por que especificadamente essa geração acaba realizando o *backlash* e aponta suas expectativas para uma alternativa política autoritária,

For all these reasons, we expect to find that support for socially conservative attitudes and authoritarian values is disproportionately concentrated among certain social sectors, notably the older generations, white men, rural communities, and the non-college educated. These are all shrinking segments of the population – although they remain a substantial sector of the active electorate that turns out to vote. (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 90)³⁵

É possivelmente a insegurança cultural e material que faz com que essa camada se aproxime da retórica populista autoritária. E essa retórica, como já vimos, está sempre associada com a rejeição do que pode ser diferente ao que eles acreditam. Portanto, tudo que não é semelhante é visto como uma ameaça. Norris e Inglehart (2019) destacam que essa rejeição ao “outro” perpassa pelo racismo, islamofobia, misoginia, homofobia, anti-semitismo e etnocentrismo. Ao perceber que os valores pós-materialistas estão se propagando, ao verem legislações progressistas sendo aprovadas, a reação começa a se formar. A sensação de que os seus valores sejam os hegemônicos é muito importante e a falta disso leva a um ressentimento crescente contra globalização, imigrantes, não binários e trans, estrangeiros, entre outros. (NORRIS, INGLEHART, 2019).

Todo esse sentimento acaba encontrando representação em personalidades autoritárias, e aí entra a eleição de Donald Trump nos EUA. Ir a favor de Trump é ir contra o establishment. Dessa forma eles pretendem retirar o respectivo poder deles para depositar nas mãos do verdadeiro “povo” estadunidense. Ir contra o establishment, nessa circunstância é violar a legitimidade dos que foram eleitos democraticamente. Ao depositar suas esperanças

35 Por todas essas razões, nos esperando encontrar suporte para atitudes socialmente conservadoras e valores autoritários de forma desproporcionalmente concentrada em alguns setores sociais, notavelmente em gerações mais velhas, homens brancos, comunidades rurais e pessoas sem nível superior. Esses são todos os segmentos “encolhidos” da população – ainda que eles permaneçam como um setor substancial do eleitorado que acaba votando. Tradução minha.

em líderes como Trump é algo muito mais profundo do que a agenda, mas perpassa pela identidade. Líderes populistas como o Trump detém autoridade não só política como moral. Polariza-se sempre em dois grupos, segundo os autores, nós contra eles. Esses dois grupos passam então a disputar a agenda de políticas públicas, cargos de alto e baixo escalão no governo, entre outros.

Um ponto importantíssimo a ser destacado é que ao longo de suas conclusões os autores percebem que o fator geracional não caminha sozinho nesse fenômeno. Entretanto, as condições socioeconômicas têm muito a dizer na ascensão de populistas autoritários. Os autores se preocuparam em medir então como a economia local poderia se relacionar com valores autoritários e com o aumento de desconfiança política. De acordo com seus resultados, trazem que indicadores econômicos têm mais a dizer sobre a desconfiança política do que sobre a aproximação de valores autoritários.

There is some systematic evidence that radical right parties generally gain electorally after banking crashes; a comparison of historical financial crises in 20 advanced economies since the 1870s reported that far right parties increased their average vote share by 30 percent after such events, although similar effects were not observed for non-financial economic shocks or normal recessions. (NORRIS, INGLEHART, 2019, p. 137)³⁶.

Fatores econômicos subjetivos também têm muita importância. Crescer tendo a sobrevivência como algo natural e, segundo os autores, a crescente riqueza experimentada por muitos daquela região pós Segunda Guerra Mundial, com a reconstrução da economia e com o estado de bem-estar social, foi capaz de iniciar a mudança geracional que foi de encontro a valores pós-materialistas. Então os coortes geracionais, indicadores econômicos e fatores econômicos subjetivos (sentimento de insegurança) compõem a aproximação de valores autoritários e de personalidades populistas.

The results demonstrate that five of the seven economic indices are significant predictors of cultural values in Europe, in the expected direction. That is, both authoritarian and populist values are consistently stronger among less well-off people, who are most likely to feel a sense of economic insecurity. But economic grievances do not have the same impact on authoritarian values and populist attitudes. Authoritarian values are more strongly linked with the respondent's birth cohort than with any of the economic indicators. This suggests that the perceived importance of security, conformity, and loyalty are more strongly influenced by each generational cohort's formative experiences than by immediate economic conditions. By contrast, populist attitudes – that is, trust in parties, politicians, and

36 Existe alguma evidencia sistemática de que partidos radicais de direita ganham eleitores após a quebra de bancos; uma comparação histórica das crises fiscais em 20 economias avançadas desde 1870s encontra que partidos de extrema direita aumentaram a sua média de votos em 30% depois de eventos como esses, apesar de que efeitos similares não foram observados para choques econômicos não financeiros ou recessões normais. Tradução minha.

parliaments – are more strongly influenced by personal experience of economic insecurity and by perceptions of the national economy’s performance. Period-effects are also evident, with populist attitudes, increasing around the time when the financial crisis deepened. This is consistent with instrumental theories, which suggest that political trust varies according to how effectively the government maintains prosperity and peace. The evidence provided strong confirmation that populist attitudes were indeed strongly linked with economic conditions within the regions of European countries. People are most mistrustful of mainstream political parties, parliaments, and politicians in poorer regions that have suffered from declining populations– providing a natural constituency for populist appeals. But the effects of social deprivation were less consistent and weaker as predictors of authoritarian values. Whether these findings reflect economic or cultural grievances among the ‘left behinds’ is not yet clear. These areas have suffered economically, but they are also disproportionately rural areas with older white residents, where younger people have left for educational, and employment opportunities in metropolitan areas. (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 166)³⁷.

Tendo esses fatores em mente, muito de Norris e Inglehart (2019) se relaciona com Hochschild (2016). Os primeiros já apontaram como a geração principal do *backlash* adota determinados comportamentos com relação ao que é diferente a eles. Norris e Inglehart (2019), nos avisam sobre a sua hostilidade com relação à imigração e como buscam rejeitar grupos que em sua concepção ameaçam os seus. Um ponto interessante destacado por eles é que atitudes ante imigração não necessariamente se relacionam com estar desconfiado das instituições políticas do seu país, mas se sentem afastados – e não levados a sério - do debate pela centro-direita e centro-esquerda ao defenderem limites mais rígidos com relação ao tema. Isso, para os autores, explica como a classe trabalhadora branca decidiu seus votos em Trump em 2016. Nessa ansiedade cultural, os autores citam um estudo em que dizem que parcela desses eleitores brancos se sentiam “estranhos em sua própria terra”, justamente o título do livro de Hochschild (2016). Dessa forma, veremos como essa autora nos ajuda a compreender

37 Os resultados demonstram que cinco dos sete índices econômicos são preditores significativos de valores culturais na Europa, na direção esperada. Ou seja, tanto os valores autoritários quanto os populistas são consistentemente mais fortes entre as pessoas menos abastadas, que têm maior probabilidade de sentir uma sensação de insegurança econômica. Mas as queixas econômicas não têm o mesmo impacto sobre os valores autoritários e as atitudes populistas. Os valores autoritários estão mais fortemente ligados à coorte de nascimento do entrevistado do que a qualquer um dos indicadores econômicos. Isso sugere que a importância percebida da segurança, conformidade e lealdade são mais fortemente influenciadas pelas experiências formativas de cada coorte geracional do que pelas condições econômicas imediatas. Em contraste, as atitudes populistas - ou seja, a confiança nos partidos, políticos e parlamentos - são mais fortemente influenciadas pela experiência pessoal de insegurança econômica e pelas percepções do desempenho da economia nacional. Os efeitos de período também são evidentes, com atitudes populistas, aumentando na época em que a crise financeira se agravou. Isso é consistente com as teorias instrumentais, que sugerem que a confiança política varia de acordo com a eficácia com que o governo mantém a prosperidade e a paz. A evidência forneceu uma forte confirmação de que as atitudes populistas estavam de fato fortemente ligadas às condições econômicas nas regiões dos países europeus. As pessoas desconfiam mais dos principais partidos políticos, parlamentos e políticos das regiões mais pobres que sofreram com o declínio da população - proporcionando um eleitorado natural para apelos populistas. Mas os efeitos da privação social foram menos consistentes e mais fracos como preditores de valores autoritários. Se essas descobertas refletem queixas econômicas ou culturais entre os "deixados para trás" ainda não está claro. Essas áreas sofreram economicamente, mas também são áreas desproporcionalmente rurais com residentes brancos mais velhos, onde os mais jovens partiram em busca de oportunidades de educação e emprego nas áreas metropolitanas. Tradução minha.

de forma ainda mais lúcida como essa abordagem culturalista está olhando para o retrocesso democrático e o neoliberalismo nos últimos anos.

A autora busca entender principalmente os sentimentos compostos a esse grupo de extrema direita que se tornou mais forte nos últimos anos nos EUA. Para, possivelmente, entender também o que Trump representa para eles. Assim como em Norris e Inglehart (2019), a autora trabalha compreendendo que uma parcela da população se sente alheia e afastada dos principais valores que o regeram nos seus anos de formação. No primeiro caso, é mais explorado o sentimento de ansiedade econômica, posteriormente, é mais explorado como eles sentem individualmente e como a concepção de identidade é afetada nesse processo. Dessa forma é como se seus modos de vidas fossem desintegrados com o surgimento e aceitação de novos formatos. Entretanto, essa mesma população lida com situações extremamente paradoxais, como por exemplo: a negação a interferência estatal, ao mesmo tempo, em que se vive em situações em que ela se faria extremamente útil, para dizer no mínimo.

All this was part of the “deep story.” In that story, strangers step ahead of you in line, making you anxious, resentful, and afraid. A president allies with the line cutters, making you feel distrustful, betrayed. A person ahead of you in line insults you as an ignorant redneck, making you feel humiliated and mad. Economically, culturally, demographically, politically, you are suddenly a stranger in your own land. The whole context of Louisiana— its companies, its government, its church and media—reinforces that deep story. (HOCHSCHILD, 2016, p. 222)³⁸.

Baixas condições econômicas, falta de regulação ambiental, exposição a tóxicos e a não regulamentação trabalhista, como será apresentado mais a frente, são elementos que afetam seu dia a dia, sua saúde, alimentação, entre outros. Hochschild (2016) tenta explorar essas contradições, convivendo e conversando com seus entrevistados no interior dos EUA no estado de Lousiana.

“I’m pro-life, pro-gun, pro-freedom to live our own lives as we see fit so long as we don’t hurt others. And I’m anti-big government,” Mike said. “Our government is way too big, too greedy, too incompetent, too bought, and it’s not ours anymore. We

38 Tudo isso foi parte da história profunda. Nessa história, estranhos estão à sua frente na fila, fazendo você se sentir ansioso, ressentido e com medo. O presidente se alinha com esses “cortadores de fila”, fazendo você se sentir desconfiado e traído. A pessoa a frente de você na fila te insulta de caipira ignorante, fazendo você se sentir humilhado e raivoso. Economicamente, culturalmente, demograficamente, politicamente, você se torna um estranho na sua própria terra. Todo o contexto de Lousiana – as empresas, o governo, a igreja e a mídia – reforça essa história profunda. Tradução minha.

need to get back to our local communities, like we had at Armelise. Honestly, we'd be better off." (HOCHSCHILD, 2016, p. 6)³⁹.

Ao longo de 5 anos Hochschild (2016) realizou entrevistas e essa fala citada acima reflete bem o perfil dos entrevistados como um todo. A autora tenta compreender o lado da polarização, voltado a extrema direita, que se tornou mais nítida com a candidatura de Trump a presidência dos EUA. Ao se deslocar para Louisiana, ela conversa com alguns interessantes e complexos indivíduos. Assim como refletido na fala citada anteriormente de Mike, o Estado nessa perspectiva é visto sempre como um invasor, que busca expandir seus domínios no dia a dia das pessoas. E ao fazer isso busca modificar o estilo de vida dessas pessoas, para algo que eles: 1) não acreditam; 2) algo que eles vêm ameaçando suas crenças. Nesse cenário são poucos os aliados, alguns deles é, por exemplo, a Fox News e o Tea Party.

Mesmo em situações extremamente críticas para essas pessoas, elas ainda buscam evitar qualquer tipo de regulamentação governamental. Boa parte dos entrevistados de Hochschild (2016) sofreram de alguma forma com poluição ambiental, derramamento de químicos em seus principais lagos e rios, exposição a químicos durante o trabalho. E ainda que reconheçam que essas grandes empresas não estão ao seu lado, uma intervenção governamental no sentido de maior regulamentação dessa situação seria um pretexto para o Estado expandir e, dessa forma, já se perde o interesse. É o que a autora define enquanto grande paradoxo.

In the life of one man, Lee Sherman, I saw reflected both sides of the Great Paradox—the need for help and a principled refusal of it. As a victim of toxic exposure himself, a participant in polluting public waters, hating pollution, now proudly declaring himself as an environmentalist, why was he throwing in his lot with the anti-environmental Tea Party? Not because the Koch brothers were paying him to, at least directly. Lee was putting up Tea Party lawn signs for free. Still, his source of news was limited to Fox News and videos and blogs exchanged by right-wing friends, which placed him in an echo chamber of doubt about the EPA, the federal government, the president, and taxes. (HOCHSCHILD, 2016, p. 35)⁴⁰.

39 “Eu sou provida, pró-armas, pró-liberdade para viver a própria vida como quiser, contando que não machuquemos outros. E eu sou um grande antigoverno”, disse Mike. “Nosso governo é muito grande, muito ganancioso, muito incompetente, muito comprado, e não é nosso mais. Nós precisamos pegar de volta nossas comunidades locais, como tivemos Armelise. Sinceramente, estamos melhor sem eles.”. Tradução minha.

40 Na vida de um homem, Lee Sherman, eu vi refletido os dois lados do Grande Paradoxo – a necessidade de ajuda e principalmente a recusa a ela. Como, ele mesmo, uma vítima de exposição a tóxicos, e participante na poluição de água pública, que odeia poluição, e agora, orgulhosamente se declara um ecologista, porque ele estava jogando sua sorte no partido anti-ambientalista Tea Party? Não porque os irmãos Koch estavam pagando-o, ao menos diretamente. Lee estava colocando placas do Tea Party em gramados de graça. Ainda assim, a fonte de notícias dele estava limitada a Fox News e vídeos e blogs trocados por amigos de direita, que o colocou em uma câmara de dúvida sobre a EPA, o governo federal, o presidente e os impostos. Tradução minha.

Pensando ainda no espectro político em que eles se identificam, apesar da lealdade ao Tea Party, apreendendo a partir das falas dos principais entrevistados do livro, eles compreendem que os republicanos frequentemente estão ao lado dos grandes negócios e não atendem as suas demandas, mas eles têm um diferencial muito apelativo a essa parcela, colocam Deus e a família em primeiro lugar. E isso é um fator muito importante em Louisiana. A igreja, assim como em muitos outros lugares, é um pilar central naquela comunidade. Esse apoio religioso é expressivo, não só nesse estado em específico, mas em todo o EUA. Segundo Hochschild (2016), a Associação Nacional de Evangélicos tem mais de 30 mil membros e representam um quarto do eleitorado americano.

Estatisticamente, estados governados por republicanos, segundo a autora, são mais pobres do que democratas. Um dado importante é que, em média, a população que habita em estados governados por republicanos morre cinco anos mais cedo do que pessoas governadas por democratas. É nesse cenário que identificamos o principal apego a medidas neoliberais e ao desmonte democrático.

With this in mind, I returned to the Great Paradox. From my initial perspective, Louisiana, like other red states, was coping with a great number of challenges. Perhaps for better-off people of the far right, problems such as poverty, poor schools, and medical care didn't come up because such problems didn't hit them directly. Pollution hit better-off people too. But they seemed braced to tough it out. (HOCHSCHILD, 2016, p. 66)⁴¹.

A partir dessa exposição é possível perceber como as finanças públicas fazem sentido com a forma com que o retrocesso democrático acontece. Para além disso, também pode ser aferido medidas neoliberais nesse processo, exploraremos esses fatores a seguir.

2.2 O paradoxo cultural

A ansiedade econômica atribuída por Norris e Inglehart (2019), tem relação com as condições de vida que a população enfrenta naquele período. Isso opera na forma como o Estado realiza a sua redistribuição de renda, em como a população tem acesso a bens

41 Com isso em mente, eu retornei ao Grande Paradoxo. Da minha perspectiva inicial, Louisiana, como os outros estados vermelhos, estavam lidando com muitos desafios. Talvez, para pessoas de melhor situação na extrema direita, problemas como pobreza, escolas pobres e programas de saúde pública não são uma questão porque esses problemas não os afetam diretamente. Poluição afeta essas pessoas de melhor situação econômica. Mas, eles parecem preparados para resistir. Tradução minha.

materiais, produtos, entre outros. Isso é uma aproximação às finanças públicas porque a forma como o Estado tributa impacta diretamente nessa esfera. Por outro lado, com o *backlash* ao identificarmos a forma como essa esfera da população se volta contra uma agenda política progressista, contra diferentes formas de política social, é possível identificar uma agenda neoliberal que se concentra cada vez mais em uma meritocracia e no indivíduo, o desvinculando de toda forma de comunidade e responsabilidade do Estado para com ele. Não existe mais bem comum, mas, à medida que esse “nós contra eles” se intensifica é possível perceber marcas desse princípio que colabora para desestabilizar a democracia.

No caso de Hochschild (2016) ela teve entrevistados que perderam suas casas por conta de desastres ambientais e ainda assim estavam aliados ao Tea Party, cuja agenda prega o corte de despesas e desregulamentação ambiental. Para além disso essa ala republicana também advoga a favor de grandes empresas o que impactam diretamente nos pequenos negócios do estado de Louisiana.

Virtually every Tea Party advocate I interviewed for this book has personally benefited from a major government service or has close family who have. Several had disabled elderly parents lacking private long-term care insurance, and had them declared indigent in order to enable them to receive Medicaid. (HOCHSCHILD, 2016, p. 11)⁴².

Ainda assim a percepção dos entrevistados está sempre voltada a como o Estado se utiliza de toda brecha para crescer e regulamentar os menores aspectos da vida dessa população. Para além disso, um ponto interessante é que existe um sentimento envolvido ao ato de pagar impostos. Para a maior parte dos entrevistados pagar impostos significa que esse dinheiro irá também para a parte da população que não “merece”. Com isso, para além do dinheiro vai também a honra desse cidadão que contribui. Ao mesmo tempo que o Estado tem essa postura dominadora as grandes empresas “fazem o melhor que podem” e os vazamentos de químicos são vistos como puramente acidentais. “One man even declared that “what caused the spill was overregulation. If the government hadn’t been looking over BP’s shoulder, it would have regulated itself, and the spill wouldn’t have happened.”⁴³ (HOCHSCHILD, 2016, p.66).

42 Particularmente todos os defensores do Tea Party que eu entrevistei para esse livro foi pessoalmente beneficiado por serviços públicos ou teve algum membro família que utilizou. Vários tiveram pais idosos deficientes sem cobertura de plano de saúde por muito tempo, e fez com que fosse declarados incapazes de se sustentar para que pudessem receber o Medicaid. Tradução minha.

43 Um homem declarou que “o que causou o vazamento foi regulamentação em excesso. Se o governo não estive olhando por cima dos ombros do BP’s, ele teria se autorregulado, e o vazamento não teria acontecido. Tradução minha.

A esse respeito a autora apreende que o estado de Louisiana praticamente não regula ou taxa essas empresas. Hochschild (2016) diz que o estado de Louisiana é o que menos tributa o desenvolvimento de novas indústrias no país. Durante os anos de 2010 a 2013 também é destacado que não foi feita nenhuma auditoria que verificasse o pagamento por parte das indústrias de petróleo. “Meanwhile, to pay for this, public workers were fired and the state debt—\$83 billion in 2012, much of it in unfunded public pension liabilities—remained.”⁴⁴ (HOCHSCHILD, 2016, p.76).

Dessa forma, é possível perceber como essa abordagem identifica os principais sintomas de retrocesso democrático e como ao longo dos anos a agenda neoliberal se expande e faz parte cada vez mais aproximada as crenças e modos de vida dessas pessoas. Uma das entrevistadas de Hochschild (2016) destacou que a poluição no estado de Louisiana era o preço que eles estavam dispostos a pagar pelo capitalismo. É de se temer o custo social e os resultados a essa população após tantos sacrifícios em prol de uma agenda neoliberal.

É muito interessante como é dada a formação de identidade nesse cenário. Se tornar “estranho em sua própria terra” reflete, para essas pessoas, não somente no âmbito individual como vem para abalar a família enquanto instituição. Um governo grande, que estrutura e regula, diretamente – ao ponto de vista dos entrevistados do livro – vai contra aos principais pilares que regem as suas vidas. E isso ligado ao fator religioso se torna muito mais importante do que a falta de construção de políticas sociais que colaborem para resolução de problemas que causam diretamente a essas pessoas a poluição da sua água e terra, que expõe sua saúde ao perigo e a condições de trabalho insalubres. Ainda assim o “eu” entra na frente de uma concepção coletiva que inclua aqueles que discordam de você.

Nesse cenário, cada ponto importa. Ainda mais se o que coloca em jogo é o seu dinheiro, que por meio de impostos, passa a ser designado para ajudar aqueles que “não pertencem” a sua concepção de sociedade. É o neoliberalismo em sua forma mais pura, que se alia a um campo conservador e assim consegue manter medidas que vão contra até aqueles que o apoiam.

⁴⁴ Enquanto isso, para pagar por isso, trabalhadores públicos foram demitidos e a dívida do Estado – 83 bilhões em 2012, grande parte dele em passivos de pensões públicas não financiadas – permaneceu. Tradução minha.

CAPÍTULO 3 - COMO AS TEORIAS SOBRE DECLÍNIO NA ECONOMIA POLÍTICA TRATAM O TEMA

Em nosso último capítulo de análise seguimos buscando identificar como o retrocesso democrático e o elemento neoliberal se apresenta, dessa vez tem-se como análise algumas obras selecionadas da área de economia política. As obras em questão a serem analisadas trata-se dos seguintes livros: 1) “*And the weak suffer what they must*”⁴⁵ de Yanis Varoufakis; 2) “*Buying time: The Delayed Crisis of Democratic Capitalism*” de Wolfgang Streeck⁴⁶; 3) “*Politics in the age of austerity*”⁴⁷ de Armin Schafer e Wolfgang Streeck.

Assim faz-se necessário uma breve introdução sobre os autores que as elaboraram e sobre porque elas se encaixam em nosso objeto de estudo. Yanis Varoufakis é um economista grego, foi ministro das finanças da Grécia no ano de 2015 e é autor de livros como: “*The Global Minotaur: America, Europe and the future of the world economy*” e “*Adults in the room: My struggle against Europe’s and America’s deep establishment*”. Já Wolfgang Streeck é sociólogo alemão e diretor do instituto Max Planck para o Estudo das Sociedades. Ele é autor de livros como “*How will capitalismo end?*” e “*Critical encounters: democracy, capitalismo, ideas*”. Armin Schaffer, que acompanha Streeck (2018) em “*Buying time*” é professor de Ciência Política com foco em Política Comparada, além de ser o presidente da Associação Alemã de Ciência Política.

Em termos gerais, Varoufakis (2016) busca compreender, por meio da exposição da crise econômica na Europa, como o encerramento do acordo de Bretton Woods pelo ex-presidente Nixon acarretou a criação do euro - cujas consequências levam a crises econômicas e um cenário de desigualdade nos países do sul da Europa, assim como afeta também a soberania desses países. Já Streeck (2018) busca entender como as democracias ricas no ocidente vem interrompendo crises financeiras e fiscais ao “comprar tempo” o que desencadeia na formação de uma nova crise econômica no futuro. Por fim, Streeck, novamente e Schaffer (2013) exploram como o aumento de débito dos países da OCDE se relaciona ao afastamento dos cidadãos desses países a valores democráticos.

45 VAROUFAKIS, Yanis. *And the weak suffer what they must*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2016.

46 STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: A crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

47 SCHAFFER, Armin; STREECK, Wolfgang. *Introduction: Politics in the age of austerity*. In: *Politics in the age of austerity*. Cambridge: Polity Press. 2013.

Streeck e Schaffer (2013) identificam que os Estados enfrentam dificuldades para realizarem políticas orçamentárias. O comprometimento do orçamento faz com que eles não possuam muita flexibilidade e oportunidade para a construção de políticas importantes na relação com a sua população, como, por exemplo, a construção de políticas sociais. Essa deterioração das finanças públicas é o principal ponto, que na visão dos autores, faz com que a democracia seja afetada. Esse cenário representa a formação de um Estado de austeridade fiscal. Nessa realidade as finanças públicas passam a ser cada vez mais controladas, os cortes de gastos se ampliam, e as fatias de verba retiradas são geralmente levadas dos investimentos sociais. Outro ponto importante que deve já ser apresentado desde agora é que a partir da década de 70 existe o aumento de empréstimo por parte desses países da OCDE, e por consequência o aumento de débito. Para aumentar a receita os tributos empregados são, geralmente, os repassados a população de forma indireta. Os autores elucidam como a taxação de grandes empresas, na maioria dos casos não é considerado uma opção. Após essa breve introdução é necessário compreender: como a desdemocratização é percebida nessa obra? Os autores entendem que o retrocesso democrático acontece por meio do aumento da taxa de não comparecimento as eleições, na descrença e desconfiança a democracia também na ascensão de partidos anti-stablishment.

Por sua vez para Streeck (2018), as crises que fazem necessárias a compra de tempo teve a sua causa de origem alterada ao longo dos anos. Começaram com uma inflação, que levou ao endividamento do Estado, que por sua vez expandiu o mercado de crédito privado e, por fim, possibilitou a compra da dívida de Estados e de bancos por bancos centrais. Para o autor a desdemocratização do capitalismo é dada por meio da deseconomização da democracia. As estratégias de salvamento e recuperação dessas crises vão se esgotando e isso vai levando a problemas de legitimação. O neoliberalismo nessa obra se mostra presente sendo o grande responsável pela marginalização de sindicatos e de reformas flexibilizadoras dos direitos dos trabalhadores.

Já para Varoufakis (2016) o tipo de política monetária realizada pela Europa por meio da criação do euro inviabiliza a soberania nos países do sul da Europa. Com o afastamento do dólar americano como referência ao dinheiro europeu, os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, apostam no fortalecimento alemão como referência de sistema monetário pós Bretton Woods. Entretanto, a postura desse novo sistema com os países que passam crises e dificuldades – como o caso grego – é de não conceder alívios as dívidas, o que coloca os orçamentos desses países como refém e inviabiliza o seu processo decisório com a criação de

políticas ao mesmo tempo que colabora para o aprofundamento de uma crise social e econômica.

3.1 - Como o declínio democrático ocorre

A partir desse momento, nos aprofundamos na teoria construída por esses autores. Almejamos, para além claro, de explorar as obras voltadas a área de economia política dentro dos objetivos propostos nesse trabalho, entender como a partir de caminhos distintos os autores encontram um ponto em comum, o neoliberalismo.

Em “*Politics in the age of austerity*” Armin Schafer e Wolfgang Streeck busca investigar a possível conexão entre o aumento de débito entre os países da OCDE e o afastamento da população desses mesmos países a valores democráticos – assim como o aumento do não comparecimento as eleições. Existe, portanto, para eles, uma deterioração das finanças públicas que impacta na democracia. O conflito entre o equilíbrio de despesa e receita é, portanto, acentuado. Os autores apontam para uma transição entre um Estado em constante débito para um Estado em austeridade permanente. Nesse Estado, como já mencionado, é evidenciado o aumento da taxa de não comparecimento as eleições, descrença e desconfiança a democracia além da ascensão de partidos anti establishment.

Para os autores toda democracia está fundamentada na capacidade de os cidadãos de fazerem escolhas e a partir de aí eleger governos que melhor os atendam. Ou seja, as pessoas precisam ser capazes de influenciar decisões públicas. O diagnóstico inicial de Schafer e Streeck (2013) é de que existe uma incapacitação da democracia devido ao orçamento dos países se encontrarem cada vez mais comprometido, independente de qual espectro político se encontre eleito. Dessa forma, quem é eleito não consegue atender as demandas sociais, pois a falta de orçamento inviabiliza a realização desses investimentos. Isso faz com que projetos políticos no geral percam a sua credibilidade perante os seus eleitores.

É preciso compreender onde esse processo se inicia os autores apontam para o período pós Segunda Guerra Mundial. Dentro dessa realidade eles destacam também o envelhecimento da população – e por consequência o aumento de pessoas que usufruem de benefícios sociais do Estado. Existe um conflito entre a capacidade de arrecadação para a manutenção desse Estado de bem-estar social. Um país com alta taxa de envelhecimento tem

uma boa parte da população que utiliza benefícios por um longo período. Por sua vez, o que não é longo, é o número de pessoas que contribuem. Também nesse período Schafer e Streeck (2013) apontam para a alta taxa de desemprego o que também aumenta o número de pessoas que necessitam do auxílio do Estado. Foi então a partir do período de 1980 que os autores identificaram o principal crescimento de débito dos países da OCDE. Nesse momento, já se nota o aumento do número de empréstimos entre esses países na tentativa de equilibrar despesa e receita.

On the surface, we may observe that indebtedness began to develop with the end of the postwar growth period in the late 1960s (figure 1.4). At this time public expenditure continued to increase, while the rising taxation that had accompanied it up to this point began to come to an end (figure 1.5). The 1970s was a period of high inflation throughout the industrialized capitalist world, which for a while served to devalue national debt burdens, just as growth had in the preceding period. When OECD countries, under the leadership of the Federal Reserve Bank of the United States, ended inflation in the early 1980s, however, three developments coincided to push up public debt. First, structural unemployment ensued almost everywhere, resulting in rising demand on the coffers of the welfare state. Second, the end of ‘bracket creep’ – the automatic advancement of taxpayers with nominally increasing incomes to higher tax rates under progressive taxation – made for rising tax resistance. And third, with lower nominal growth rates⁴⁸.

Com o aumento do débito e a dificuldade dos Estados de gerarem receita esses países poderiam ter optado por taxarem mais empresas e aqueles que possuem maiores rendas. Entretanto, o que acontece é o aumento de impostos de maneira indireta sobre o cidadão com renda mediana ou baixa. O preço político com relação a essa abordagem não deixa de ser alto, visto como isso impacta na qualidade de vida dessas pessoas.

Olhando para o cenário contemporâneo, os autores apontam que a desregulamentação fiscal que leva a crise de 2008 é um dos maiores indicativos, por conta do aumento de débito, a crise fiscal que os países capitalistas enfrentam recentemente. É justamente essa transição entre crises que leva ao Estado de austeridade permanente. Nesse cenário o ponto principal

⁴⁸ Superficialmente, podemos observar que o endividamento começou a se desenvolver com o fim do período de crescimento do pós-guerra no final dos anos 1960 (figura 1.4). Nessa época, a despesa pública continuava a aumentar, enquanto o aumento da tributação que a acompanhava até então começava a terminar (figura 1.5). A década de 1970 foi um período de alta inflação em todo o mundo capitalista industrializado, o que por um tempo serviu para desvalorizar o peso da dívida nacional, assim como o crescimento havia feito no período anterior. Quando os países da OCDE, sob a liderança do Federal Reserve Bank dos Estados Unidos, acabaram com a inflação no início da década de 1980, entretanto, três acontecimentos coincidiram para elevar a dívida pública. Em primeiro lugar, o desemprego estrutural seguiu-se em quase todos os lugares, resultando no aumento da demanda nos cofres do Estado de bem-estar. Em segundo lugar, o fim do ‘bracket creep’ - o avanço automático dos contribuintes com rendimentos nominalmente crescentes para taxas de imposto mais elevadas sob tributação progressiva - contribuiu para o aumento da resistência fiscal. E terceiro, com taxas de crescimento nominal mais baixas. Tradução minha.

não é a capacidade de arrecadação, mas sim o corte de gastos. Isso impacta na população, porque, os gastos mais questionados em questão são, geralmente, os relativos a investimentos sociais. A concepção de uma população que suga e utiliza em demasiado de apoio estatal vai se consolidando. A resposta para todos esses problemas voltados as finanças públicas, então, passam a ser o “aperto nos cintos” por parte, é claro, dos cidadãos – ou seja, mais e mais o controle dos gastos públicos.

Until the crisis, as Streeck argues in the concluding chapter to this volume, the build-up of debt, first public and then private, helped preserve liberal democracy by compensating citizens for low growth, structural unemployment, deregulation of labour markets, stagnant or declining wages, and rising inequality⁴⁹.

Essa perda de benefícios sociais se reflete, como já mencionado, no comparecimento às urnas (SCHAFFER, STREECK, 2013). Esse comparecimento, vem diminuindo, segundo os autores, nas últimas décadas. Nos países que não possuem o voto obrigatório, essa participação existente se dá de maneira, cada vez mais, desigual. Eles notam que os grupos sociais que mais participam são os de renda, capital social e de formação educacional mais elevada.

No matter what data source we look at, then, the basic pattern is clear: turnout is falling almost everywhere and at the same time is growing more unequal. As a result, the participatory gap between different social groups increases. To us, this suggests strongly that the less well-to-do have in the past two or three decades progressively lost faith in their political efficacy and have grown sceptical as to whether political participation serves their interests – and this view is not unfounded, as US studies show (Gilens 2005, 2012; Bartels 2008)⁵⁰.

Os insights que os autores possuem sobre como se dará a relação entre democracia dentro desse Estado de austeridade permanente seguem a seguir: as finanças públicas se voltam mais e mais para corte de gastos e estes cortes estão direcionados cada vez mais aos investimentos sociais; redução de valores e interesses coletivos; aumento da privatização de serviços fornecidos pelo governo. A redução desse valor coletivo, empurra a população – que tem capacidade monetária – a adquirir no mercado privado. Por consequência, mais ricos não querem contribuir por não usufruírem mais desses benefícios o que ainda leva a uma

49 Até a crise, como Streeck argumenta na conclusão do capítulo desse volume, o aumento da dívida, primeiro pública, depois privada, ajudou a preservar a democracia liberal ao compensar os cidadãos pelo baixo crescimento, desemprego estrutural, desregulamentação do mercado de trabalho, salários estagnados ou em declínio e desigualdade crescente. Tradução minha.

50 Não importa para quais dados nós olhemos, o padrão é claro; o comparecimento eleitoral está caindo em quase todos os lugares e ao mesmo tempo cresce de forma desigual. Como resultado, a lacuna de participação entre diferentes grupos sociais cresce. Para nós, isso sugere fortemente que os menos abastados nas últimas duas ou três décadas perderam progressivamente a fé em sua eficácia política e se tornaram cétricos quanto ao fato de a participação política servir aos seus interesses – e essa visão não é infundada, como mostram estudos americanos. Tradução minha.

concepção de nós *versus* eles – que dependem do governo para seguridade social, plano de saúde, entre outros. Com relação aos que dependem do Estado para esses benefícios os autores apontam para o aumento de uma apatia política, por não conseguirem influenciar a qualidade, tipo de política social, por meio do voto.

Um ponto importante sobre a geração de débito desses países é que o aumento do pagamento de dívidas antigas é realizado com a geração de novas dívidas e não com o aumento de impostos. Isso gera um ambiente seguro para a parcela da população mais abastada investir e acumular ao invés de contribuírem para a geração de receita dos países; com a dependência de empréstimos os Estados passam a ser responsivos não somente a sua população, mas ao mercado que o financia. A capacidade de influência entre esses dois polos é desigual e os eleitores perdem a capacidade de pressionar quando comparado ao mercado. “Popular agitation around the international politics of public debt tends to express itself in terms of nations versus nations, rather than people versus financial markets⁵¹.”

Os autores definem austeridade como contraditória, pois acreditam que ao invés de controlar a geração de débito a longo prazo ela empurrará esses países a um estado de depressão que terá o efeito contrário, ou seja, vai gerar ainda mais gasto e dívidas, não importando, portanto, o tamanho do corte. Esse processo aprofunda as desigualdades e potencializa as chances de uma reação que leva a radicalização política.

Em “Tempo Comprado” Streeck tem uma outra abordagem para compreender crises financeiras. Ele busca explorar, o que ele define como crise do capitalismo democrático, utilizando como arcabouço teórico as teorias da crise do capitalismo tardio da Escola de Frankfurt no final dos anos 1960 e início dos anos 70. Aliado, então, a uma tradição teórica marxista, o autor busca compreender as tensões entre esferas, que erroneamente – de acordo com Streeck (2018) – são analisadas separadas. De um lado a vida social e de outro a economia que valoriza a multiplicação do capital.

O autor quando se propõe a essa análise está olhando para democracias ricas no ocidente. Um ponto importante para começar a entender o argumento do autor é que as crises, se repetem. Existe, segundo Streeck (2013), uma perspectiva de continuidade e de dinamismo.

51 A agitação popular em torno das políticas internacionais de dívida pública tende a se expressar em termos de países versus países, ao invés de pessoas versus mercados financeiros. Tradução minha.

“O espaço, o contexto social constituído pela proximidade, não é menos fundamental para a sociedade do que o tempo, e não é só o tempo cronológico que importa”. Ela está inserida, portanto, em uma sequência evolutiva. O marco inicial desse processo pode ser encontrado no fim dos anos 60. O período pós Segunda Guerra Mundial leva ao que o autor define como um processo de ruptura do regime capitalista, o que leva a um processo de refundação do mesmo pela transformação do sistema de instituições político-econômico keynesiano, da fase de constituição do capitalismo do pós-guerra num regime econômico neo-hayekiano.

A resposta para como essas crises se repetem é com o *buying time*, comprando tempo, como dizemos em português vai no sentido de adiar um acontecimento que está para acontecer, buscando o impedir. (STREECK, 2018). Ao fazer isso não existe solução para a crise interrompida, porque essa mesma solução que é criada se torna a razão para que a próxima aconteça em seguida. “Ninguém pode, depois de 2008, compreender a política e as instituições políticas sem as colocar numa estreita relação com os mercados e os interesses econômicos, assim como com as estruturas de classe e os conflitos resultantes”. (STREECK, 2018, p. 47).

Na primeira etapa identificada pelo autor – dos anos 60 a 70 – havia uma crise de legitimação. Não era coincidência que a Escola de Frankfurt se preocupava em explorar objetos como a consciência política de estudantes e trabalhadores.

O problema das teorias da crise de Frankfurt nos anos 1970 residia no fato de não terem atribuído qualquer intencionalidade ou capacidade estratégica ao capital, uma vez que o tratavam como aparelho, não como agência, como meio de produção, não como classe. (STREECK, 2018, p. 67.)

No período pós 68 uma mudança de cenário vem sendo fortemente alcançada, o aumento do consumismo significa a economia monetária conquistando novas esferas da vida. Outras mudanças marcantes de conjuntura também acontecem nessa fase como a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Streeck (2018) identifica três personagens centrais nas crises: o Estado, o capital e os dependentes de salário. Existe uma quebra de expectativa entre trabalhadores e detentores do capital nos anos 70. Foi uma década de muitas greves, e orientação voltada a consolidação e obtenção de regulamentação dos direitos trabalhistas. O capital, por outro lado, buscava o contrário: a liberalização do capitalismo e a expansão interna e externa de seus mercados. A partir de 1979 vem sendo realizado, por exemplo, a marginalização de sindicatos, reformas flexibilizadoras sobre seguridade social e regulamentação do trabalho vão se tornando cada vez mais recorrentes. Nesse cenário de

reformas neoliberais o desemprego se torna mais presente e o retrocesso aos direitos dos trabalhadores se instaura.

Para entendermos como se saí desse momento para a crise econômica atual o autor destaca uma crise tripla: dos bancos, no orçamento público e no crescimento econômico. Na primeira existe um excesso de concessão de crédito que levou a inadimplência, na segunda a lacuna entre receita e débito – instituições privadas de crédito passam cada vez mais a financiar receitas fiscais do Estado, e na terceira o aumento de desemprego e estagnação econômica. Streeck (2018) destaca que no período pós 2008 houve inúmeras contratações de empréstimo para socorrer a institutos financeiros. O desemprego estrutural alinhado a deflação econômica faz parte das reformas neoliberais desse novo momento capitalista mencionado anteriormente. Na década de 70

Ao mesmo tempo, o abismo entre as promessas do capitalismo e as expectativas de sua clientela, por um lado, e aquilo que os mercados cada vez mais poderosos estavam dispostos a oferecer, por outro, não só se manteve, como aumentou, tendo de voltar a ser transposto politicamente, ainda que de modo provisório, em condições diferentes e por novos meios. Foi aqui que começou a era do endividamento público. (Streeck, 2018, p. 82).

Nessa revitalização do sistema capitalista, o Estado *compra tempo* ao sistema capitalista e garante uma espécie de lealdade das massas ao projeto neoliberal de sociedade. Isso é feito primeiro pelo inflacionamento da massa monetária que leva ao endividamento do público crescente e por fim, por meio da concessão generosa de crédito às famílias. O problema é que essas estratégias de “salvamento” e recuperação de crises se esgotam. E esse esgotamento produz problemas de legitimação ainda não pelo povo, mas pelo capital, o que leva a uma crise econômica e democrática. O custo maior se torna cada vez maior para a liberalização da economia e recuperação da confiança dos mercados. Os Estados tentam se articular desde 2008 para se refazer da crise financeira e restabelecer ordem.

De acordo com teorias como a *common pool* a solução para as crises fiscais vêm do afastamento das finanças públicas para com as demandas de sua população. O objetivo é que ela não seja responsiva o que acaba retirando a noção de bem comum que a tributação estabelece. Entretanto, o período mais crítico de endividamento dos países pós 2008 não acontece porque milhares de pessoas reivindicaram direitos e exigiram que os países de forma democrática entrassem em débito para atendê-los. Streeck (2018) destaca que se houve algum tipo de reivindicação foram de grandes bancos que passando por momentos de dificuldade recorreram ao Estado para resgatá-los.

Os estudos quantitativos que encontraram relação positiva entre a dimensão do setor financeiro de um país e a extensão do novo endividamento depois da crise mostram que o agravamento da crise fiscal após 2008 não se deve à demasiada democracia, mas à crise financeira. (STREECK, 2018, p. 97).

Um sinal de que essa agenda neoliberal conseguiu se instalar com sucesso é o crescimento da desigualdade nesses países. Segundo o autor, isso tem reflexão também no processo eleitoral. De acordo com Streeck (2018) o cenário mais provável é que a taxa de comparecimento eleitoral venha recentemente sendo menor quando comparado com a média do período pós-guerra. Isso acontece porque na medida em que suas demandas vêm progressivamente não sendo contempladas a parcela que “perdeu” nessa transição para o neoliberalismo não tem muita expectativa ou senso de melhoria independente de qual governo esteja no poder. Um ponto importante destacado pelo autor é que inclusive para funcionar o neoliberalismo precisa de Estado capaz de travar as demandas sociais que possam vir a interferir, ou prejudicar de alguma forma, o mercado.

A economia política do capitalismo democrático de maneira controversa estabelece dois conceitos de distribuição que trabalham de maneira oposta: a justiça de mercado e a justiça social. Na primeira trata-se do resultado da produção avaliado pelo mercado de maneira individual e expressa por meio de preços. Na segunda tratam-se de normas culturais baseadas no direito, que trabalha com concepções coletivas como: honestidade, equidade e reciprocidade, entre outros.

[...] do ponto de vista da justiça de mercado, a possibilidade de as concepções de justiça social conquistarem o poder do Estado por meio de uma maioria democrática e, depois, distorcerem permanentemente o funcionamento do mercado, recorrendo a esse poder, constitui um perigo iminente. (STREECK, 2018, p. 105).

Dessa forma, dois pontos são fundamentais para a consolidação do neoliberalismo na sociedade: a neutralização da democracia e a liberalização no sentido hayekiana.

Contra essa concepção, Streeck (2018) já havia identificado que o problema do endividamento público não é, por sua vez, uma questão de despesas elevadas, e sim, receitas baixas demais. O Estado fiscal que passa a ser o Estado endividado sobre suas despesas contraindo empréstimos e não cobrando impostos, não resolve, portanto, o seu problema de arrecadação e constrói uma dívida longuíssima que para financiá-la termina despendendo uma fatia cada vez maior de sua receita. Em paralelo a isso as reformas neoliberais dos anos 1990 já vem estabelecendo cortes cada vez maiores de gastos.

O Estado democrático governado pelos cidadãos e, enquanto Estado fiscal, alimentado por eles, transforma-se no Estado democrático endividado mal sua subsistência deixa de depender exclusivamente das contribuições dos cidadãos para

passar a depender, em grande parte, também, da confiança dos credores. Ao contrário do povo do Estado do Estado fiscal, o povo do mercado do Estado endividado está integrado em nível transnacional. A única ligação que existe entre os membros do povo do mercado e os Estados nacionais é a dos contratos: estão ligados como investidores, não como cidadãos. Seus direitos perante o Estado não são públicos, mas privados: não se baseiam numa constituição, e sim no direito civil. (STREECK, 2013, p. 123).

Streeck revela que na Europa, após essa crescente neoliberal o Estado se encaminha para sua próxima transformação, que será o Estado de consolidação. O Estado de consolidação envolve um regime internacional de vários níveis e faz parte de um processo de liberalização capitalista que se desenvolve na Europa desde os anos 1980. Esse processo de liberalização envolve, segundo o autor, a desdemocratização da economia e conjunto com a deseconomização da democracia (STREECK, 2018). Isso desemboca na sobreposição da justiça de mercado sobre a justiça social, o que o autor chama de heyekização do capitalismo europeu.

Uma instituição que corroborou para a liberalização na Europa, foi o Tribunal de Justiça Europeu. As decisões desse órgão favoreceram para que o direito a greve fosse questionado – assim como outros direitos trabalhistas – além de facilitar também a privatização de áreas do setor público.

A União Europeia tornou-se, assim, em termos gerais, a máquina de liberação do capitalismo europeu que permitiu aos governos implementar – quando não foram as próprias autoridades europeias a obrigá-los a fazê-lo – as mais diversas reformas correspondentes às pretensões do mercado, contra a resistência de seus cidadãos. (STREECK, 2018, p. 148).

E essa necessidade de atender a pretensões de mercado transforma países que antes eram independentes em Estados que precisam seguir em sua agenda econômica princípios teóricos de acordo com a eficiência. Além de se alinhar com esses princípios teóricos um dos grandes objetivos neoliberais é garantir que não haja nenhum tipo de interferência ou intervenção na expansão e realização das funções do mercado. O objetivo do projeto de Hayek, é, portanto, garantir que a economia de mercado capitalista liberalizada funcione de maneira blindada a influência política.

Quando falamos que o Estado de consolidação é internacional é porque sua estrutura é composta por um regime supraestatal que consegue, de certa forma, regular todos os outros países que aderiram a ele. Nesse caso, como apresentado pelo autor, é *governance* e não *government*, o que significa que a democracia se submete aos mercados e não o contrário.

Surgiu, assim, uma estrutura institucional inédita na história e que serve para garantir a conformidade ao mercado de Estados nacionais anteriormente soberanos: uma camisa de força, ajustada ao mercado, para a política de cada Estado, com competência que, no âmbito formal, se assemelham a outras novas possibilidades de intervenção no direito internacional. Neste caso, porém, não se trata de um *duty to protect* [dever de proteger], mas de um *duty to pay* [dever de pagar]. O objetivo de tudo isso – cuja concretização está cada vez mais próxima – consiste na despolíticação da economia e, em paralelo, na desdemocratização da política. (STREECK, 2018, p. 130).

As principais mudanças nessa reformulação podem ser classificadas primeiro na forma com que os orçamentos públicos se estruturam. Nesse caso, a sua consolidação só é possível com o aumento de receitas, mas provavelmente só é dada com a redução de despesas. Outro ponto importante é que nesse sistema quem mais precisa de serviço público é quem mais sofre, porque é nessa área que os cortes são realizados. Ao mesmo tempo, as privatizações seguem acontecendo. Por fim, além dos problemas de geração de receita o dinheiro que entre precisa ser utilizado para os compromissos já realizados na área de despesas, o que inviabiliza o desenvolvimento de novos programas sociais.

Outro ponto importante no Estado de consolidação é a falta de margem para que os cidadãos consigam dialogar e influenciar no processo decisório. A margem que “sobra” para que as decisões políticas e para a construção e abordagem não é muita. Streeck (2018) acredita que exista uma condução a esse cenário de baixa expectativa política e de participação. É possível perceber que o papel do Estado vem sendo cada vez mais reduzido, a desestatização e privatização aliada a um baixo excedente orçamentário retira dos governos a responsabilidade no sentido que Streeck (2018) define como “devolver aos cidadãos aquilo que lhes pertence”.

Um aspecto interessante é que apesar de desde 2008, segundo o autor, estar cada vez mais difícil de acompanhar os acontecimentos. E apesar da constante desvalorização dos recursos políticos dos cidadãos o caso grego ainda tem uma peculiaridade interessante nesse sentido

O caso grego mostra que, apesar de todas as ameaças e influências propagandísticas da comunidade internacional, quando as exigências deste vão longe demais, as eleições nacionais ainda podem gerar resultados que prometem aborrecimentos suficientes para fazer subir o preço que os Estados credores têm de pagar para um Estado devedor desistir de abandonar o jogo. (STREECK, 2018, p. 163)

Para Streeck o caminho entre democracia e capitalismo se separaram, visto que não existe nem a ilusão da existência de qualquer tipo de política voltada a justiça social ser progressivamente realizada.

O interessante é que Varoufakis (2016) ao apresentar a sequência de acontecimentos que desencadearam no caso grego chega a uma conclusão mais pessimista sobre essa capacidade de pressão e influencia a comunidade internacional. Logo no início o autor destaca que a União Europeia poderia representar um sentimento de união e modelo de coexistência entre países. Mas, com a crise do euro os países voltaram-se uns contra os outros e a partir de 2010 toda a camaradagem entre esses países entrou em declínio

O autor destaca que a crise do euro é germinada com o desmantelamento do sistema monetário, em vigor desde 1944, criado no pós-guerra pelo ex-presidente americano Richard Nixon. O sistema criado pelos americanos no passado veio na intenção de reestruturar o continente pós Segunda Guerra Mundial. A Europa ainda estava muito afetada, com uma grande quantidade de refugiados e territórios destruídos. De modo que a re-monetização da Europa fazia parte do plano americano. O dólar americano, lastreado em ouro, passa a ser a referência de valor para o dinheiro europeu.

Quando a Europa é “dolarizada” e o dólar passa a ser a moeda mundial os Estados Unidos possuem o excedente e ao mesmo tempo retira o poder de reciclagem dos países europeus. Autor define o Bretton Woods⁵² como projetado para criar uma oposição entre governos e bancos centrais. No final da década de 60 o sistema começa a falhar e essa oposição se acentua. Os maiores desequilíbrios entre as taxas de câmbio foram entre França e Alemanha. “This became increasingly decisive (and decreasingly forthcoming) as the system was destabilized by trade imbalances and the resulting bank-mediated, fair-weather surplus recycling that Keynes had been so worried about”.⁵³

A quantidade de dólares na Europa era muito maior do que a quantidade correspondente em ouro que existia dentro dos Estados Unidos. Existia então a suspeita de que em algum momento os EUA ou romperiam com o compromisso ou realizariam outras medidas como a subida de preço. Se europeus pedissem a troca de seu dinheiro pelo metal precioso – como destaca o autor – todo o ouro dos EUA se esgotaria em segundos. Como previsto após o rompimento desse acordo a Europa tenta sair da crise com a criação de seu próprio “Bretton Woods”, a instauração do euro.

52 Autor define como: Sistema equilibrado de comércio internacional e fluxos financeiros.

53 Isso se tornou cada vez mais decisivo (e cada vez mais próximo) assim como o sistema foi desestabilizado pelo desequilíbrio comercial e a resultante reciclagem do excedente que Keynes tanto se preocupava. Tradução minha

Nesse processo a influência dos Estados Unidos também se mostra presente, em um contexto de Guerra Fria, eles passam a fortalecer a Alemanha como pilar central para regulação do euro. A contenção soviética se transforma em um plano de renascimento industrial alemão. Se a Alemanha se tornou uma potência em 1950 também foi devido à supressão de dívidas por parte de governos americanos. Entretanto, se a Grécia desde 2010 ainda passa por um período de depressão profunda, é porque, segundo o autor, essa mesma Alemanha se recusa a conceder alívios das dívidas de Atenas.

O Euro transformou um sistema de muitas moedas com taxas de câmbio quase fixas na mesma moeda. O autor destaca uma falta de preocupação com o impacto social que isso poderia ter. “Any concerns that a shared currency might, perhaps inadvertently, cause ruptures in Europe’s social economy were dismissed instantly as the mutterings of dangerous, deluded populists unfit for admittance to polite society.⁵⁴” Naquele período os quem ia contra ao projeto do euro eram vistos como não europeus. Uma outra variante é que quem passa a fazer o controle do dinheiro dessas nações são tecnocratas, ou seja, pessoas que não foram eleitas pelo povo e não tem senso de responsividade com as pessoas.

Por não ter um sistema de reciclagem as nações com menos capital sentiram maior o impacto e contrações após as apreensões de financeirização. O problema de se desvincular do euro é que essa passa a ser a sua única moeda. Então, com a saída é necessário a criação de uma nova. Criar uma moeda, distribuir no país, ajustar os sistemas bancários a eles são um projeto a longo prazo, de no mínimo 12 meses. (VAROUFAKIS, 2016). Outra consequência é que anunciar a mudança de moeda leva a uma desvalorização e uma corrida para retirar o euro do país. “Before you say “panic,” banks fail, the country is drained of all value, the economy collapses.”⁵⁵.

E isso nos leva a crise na Grécia,

By May 2010 Greek government bonds had lost 82 percent of their value. Put differently, a bank or private investor owed 100 euros by the Greek state could only sell this debt on for 18 euros. This was a disaster for the French and German banks that were owed up to 200 billion euros by Greece. It was also only the tip of a huge iceberg. In 2009 the exposure of German banks to Greek, Irish, Spanish, Portuguese and Italian debt amounted to a dizzying 704 billion euros. Much, much more than the total capital base of Germany’s banking system. If Greece went under, and

54 Quaisquer preocupações de que uma moeda compartilhada pudesse, talvez inadvertidamente, causar rupturas na economia social da Europa foram descartadas instantaneamente como os murmúrios de populistas iludidos e perigosos, impróprios para serem admitidos na sociedade. Tradução minha.

55 Antes que você diga “pânico”, bancos quebram, o país é drenado de todo valor e a economia colapsa. Tradução minha.

contagion brought down some of the other peripheral banks, Germany's banking system would be toast.⁵⁶

Como apontado anteriormente a liquidez a Grécia é negada, é forçada a pagar os credores e continua a pegar empréstimos para fazê-los dando novo ímpeto a crise. “The most unsustainable public debt was dealt with by means of the largest bailout loans accompanied by the harshest austerity⁵⁷.” E é claro que esse cenário é acompanhado de um alto custo social enfrentado por essa população.

In a never-ending loop of frightful reinforcement, authoritarianism and economic malaise will continue to feed off each other until Europe is brought to its breaking point. Given the European Union's history, and the current state of the eurozone, political union, fiscal union and various other centralization are neither viable nor desirable policies. The institutions of the European Union were designed, back in the 1950s and 1960s, in order to bleach politics out of them. And since nothing is as political nor as toxic as an attempt to depoliticize a political process, the result was institutions at odds with the concept and practices of a democracy.⁵⁸

3.2 O neoliberalismo como entrave para as políticas sociais

É possível perceber que existe presente em todas as obras uma preocupação em compreender como medidas neoliberais se instalam e alteram a realidade social daqueles países e que isso se relaciona, a um declínio democrático ou perda de soberania, como coloca Varoufakis (2016). Para esse autor a causa está presente na incapacidade dos países do sul europeu de realizarem política monetária devido à forma como as consequências da política

56 Por volta de maio de 2010 os títulos do governo grego perderam 82 por cento do seu valor. Ou seja, um banco ou investidos privado possuía 100 euros e o Estado grego só poderia vender essa dívida por 18 euros. Isso foi um desastre para os bancos franceses e alemães que possuíam 200 bilhões de euros nas mãos da Grécia. Essa foi somente a ponta de um gigante iceberg. Em 2009, a exposição dos bancos alemães à dívida grega, irlandesa, espanhola, portuguesa e italiana foi de estonteantes 704 bilhões de euros. Muito, muito mais que a base do capital total do sistema bancário alemão. Se a Grécia afundasse, e de maneira contagiosa derrubasse outros bancos periféricos, o sistema bancário da Alemanha estaria arruinado. Tradução minha.

57 A dívida pública mais insustentável foi tratada por meio dos maiores empréstimos de resgate acompanhados da mais dura austeridade. Tradução minha.

58 Em um ciclo que nunca termina de reforço assustador, o mal-estar autoritário e econômico vai continuar a se alimentar até que a Europa for levada ao seu ponto de ruptura. Dada a história da União Europeia, e o atual estado da união política da zona do Euro, a união fiscal e outros tipos de centralização não são viáveis ou políticas desejáveis. As instituições da União Europeia foram projetadas, durante os anos 50 e 60, para eliminar essas políticas. E como nada é tão político nem tão tóxico quanto uma tentativa de despoliticizar um processo político, o resultado foram instituições em desacordo com o conceito e as práticas de uma democracia. Tradução minha.

do euro opera de maneira desigual nos países da Europa. Essa forma de crise é distinta da maneira como Schaffer e Streeck (2013) em primeiro momento, e como Streeck (2018) na segunda obra analisada interpretam as causas para o crescimento da financeirização e liberalização no continente. Visto que a crise nessa situação se origina pelo débito e pela forma que as soluções são construídas, como vimos na estratégia de compra de tempo.

Um ponto importante a ser destacado é sobre o alto custo social como consequência desses cenários, a falta de possibilidade de construção de políticas sociais assim como o desmantelamento do sistema público de assistência é apresentada, ainda que os impactos e as consequências no sentido de impacto social, reação popular, entre outros não seja aprofundado.

Um ponto de concordância entre Streeck (2018) e Varoufakis (2016) é de como o euro pode ser um instrumento neoliberal de desvalorização interna desses países.

CONCLUSÃO

Desde o início da elaboração desse trabalho partimos de um ponto principal, que possibilitou o desenvolvimento dessa dissertação. Trata-se do declínio, retrocesso, entre muitos outros termos, do processo de dissolução da democracia. No decorrer dessa dissertação foi possível aferir com essa temática, que se expandiu ao longo da última década, vem sendo analisada por uma frente ampla dentro da Ciência Política. Como notado por Tavares e Silva (2021), desde o olhar culturalista, institucionalista ao econômico é inexistente uma realidade, ou frente de análise, em que a queda de desempenho da democracia não venha sido explorada. Essa preocupação se alastra em escala mundial, não se restringindo somente a um país ou continente. Assim, voltamos o nosso olhar para as teorias produzidas pela Ciência Política sobre essa temática, e compreendemos como a relação entre retrocesso democrático e neoliberalismo são dadas nessas construções teóricas, partindo do princípio de que ambas são concomitantes e de que, na verdade, a história da dissolução democrática é também a história do desenvolvimento e fortalecimento do neoliberalismo no mundo.

Após extensa leitura e análise foi possível identificar que a aproximação encontrada entre o processo de desdemocratização e neoliberalismo trata-se na verdade, como citado anteriormente, de um alinhamento concomitante. É o desenrolar de políticas geradas a partir da perspectiva neoliberal que impacta e corrói a democracia. Isso leva a mudanças de forma integrada e, portanto, não se restringe somente a forma institucional, econômica, mas pertence ao cotidiano das pessoas. Essa mudança em diversos âmbitos e esferas da vida leva a rearranjos e transformações nos valores democráticos e senso de comunidade e coletividade presente nas pessoas. Ou seja, essa modificação é passível de ser identificada desde o dia a dia da população, em toda sua informalidade, até a esfera jurídica. Desse modo, o neoliberalismo pode ser compreendido como um projeto que permeia a cultura, a geração e construção de políticas que perpassa pelo institucional e certamente se faz presente na economia. Lugar que, por exemplo, conseguimos identificar a utilização de políticas de austeridades com facilidade.

O neoliberalismo reescreve, portanto, não só a história da democracia, mas a história da civilização humana. Ao realizar essa profunda mudança busca retirar da sociedade o seu sentido coletivo. A concepção de identidade, como visto em Mounk (2018), das pessoas também é alterada. Valores sobre quem somos e onde pertencemos dentro de uma nação estão sendo continuamente reescritos. O verdadeiro povo é aquele que é empreendedor de si e não

depende da estrutura desse Estado grande e burocrático e suas políticas “assistencialistas” para viver. Não aceita ser limitado ou regulado em qualquer medida. Isso remete também a algo identificado em Hochschild (2016). Na teoria da autora essa distinção entre “nós x eles” é notável quando seus entrevistados relatam que seus impostos são pagos para serem utilizados com aqueles que não são “merecedores” deles.

Merece destaque como as decisões políticas e econômicas são dadas nesse cenário. [...] O direito neoliberal cria riquezas e desigualdades por meio de uma codificação que segue desde o direito privado, para irradiar consequências sobre quase todas as esferas sociais. (TAVARES; SILVA, 2021, p. 10). A forma como o Estado tributa, delimita, impacta e reafirma, então, essa nova estrutura. A ansiedade econômica gerada a partir do sucateamento de serviços públicos reflete de maneira paradoxal nessas pessoas. Porque, ao mesmo tempo em que esses serviços se mostram primordiais para a manutenção de sua qualidade de vida, muitas delas já estão inseridas dentro dos valores neoliberais, e, portanto, preferem que eles não existam. Sendo assim, ainda que esses serviços, regulamentação e assistência pública sejam, como mencionado anteriormente, essencial para a sua qualidade de vida a preferência pelo afastamento de tudo que possa ser vinculado a qualquer tipo de “assistência” pelo Estado se mostra fortemente presente.

Enquanto isso continuamos imersos nesse arranjo de políticas de austeridade cujo custo social é cada vez mais alto. Não existe espaço para o coletivo ou para a criação de políticas sociais e o que temos enquanto análises são teorias que, por vezes, não procuram voltar o seu olhar para a inclusão do povo, como foi identificado dentro do campo de análise institucionalista nas obras de Zibblatt e Levitsky (2018). Entretanto, é possível afirmar a partir dos resultados apreendidos nesse trabalho que a agenda de pesquisa na Ciência Política deve voltar a um novo eixo de estudos nesse momento. A relação entre neoliberalismo e desdemocratização se encaminha como a nova *Big Thing* na Ciência Política. *Big Thing*, segundo Goodin (2011) trata-se da introdução de uma nova agenda de pesquisa, nesse caso principalmente temática e não metodológica, dentro de um campo de estudo. Com um surgimento de uma nova *Big Thing* a atenção se volta para pontos críticos ainda sem solução, sempre os pensando de maneira ampla, visando repensar ou remodelar uma área de estudo ou parte dela (GOODIN, 2011). Uma característica delas é que precisam ser pensadas em uma escala abrangente e internacional. Ela possui em sua essência, também, fragmentos de outras disciplinas.

Assim como a democratização e consolidação da democracia liberal foi o eixo condutor da Ciência Política no século XX, a partir da segunda metade da crise de 2008 a relação entre neoliberalismo e desdemocratização vem se tornando o próximo eixo, e assim, a Big Thing atual da Ciência Política. Com o olhar voltado para as relações fiscais explorando as consequências da consolidação de uma agenda de políticas neoliberais que impacta diariamente na democracia, acreditamos que esse novo eixo de estudos tem muito a dizer e a contribuir na Ciência Política e nas Ciências Humanas como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Amy C.; WELZEL, Christian. The Myth of Deconsolidation: Rising Liberalism and the Populist Reaction. **Journal of Democracy** (Web Exchange), 2017.
- ALMOND, Gabriel A. The Study of Political Culture. In: CROTHERS, Lane; LOCKHART, Charles. **Culture and Politics: A Reader**, 2000, p. 5-21.
- BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo, Autonomia Literária, 2017.
- BROWN, Wendy F. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. 1. ed. Nova Iorque, Ed. Zone Books: near futures, 2015.
- COOPER, Melinda. Anti-Austerity on the Far Right. *In: **Mutant Neoliberalism: Market Rule and Political Rupture***. Fordham University Press, 2020, p. 112 – 145.
- FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. **Lua Nova**, São Paulo, v. 74, p. 131 – 150, 2008.
- FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n° 1, 2017.
- FUKUYAMA, Francis. Why is Democracy Performing so Poorly?. **Journal of Democracy**, v. 26, n° 1, 2015.
- GOLDSCHIED, Rudolph. A Sociological Approach to Problems of Public Finance. In: MUSGRAVE, Richard A; PEACOCK, Alan T. **Classics in the Theory of Public Finance**, 1994, 202-214.
- GOODIN, Robert E. **The Oxford Handbooks of Political Science**. Oxford, Oxford University Press, 2011.
- HOCHSCHILD, Arlie Hüssell. **Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right**. Nova Iorque, New Press, 2016.
- MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Editora Abril, 1983
- MOUNK, Yascha. **The People vs. Democracy: Why freedom is in danger and how to save it**. 1. ed. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2018.
- OFFE, Claus. Political Institutions and Social Power: Some Conceptual Explorations. In: SHAPIRO, Ian; SKOWRONEK, Stephen; Galvin, Daniel. **Rethinking Political Institutions**, 2006, p. 9 – 31.
- RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.
- SCHUMPETER, Joseph A. **The Economics and Sociology of Capitalism**. 1. ed. Princeton, Princeton University Press, 1918.
- TAVARES, Francisco Mata Machado; SABINO, Gustavo. A Ciência Brasileira Diante do Novo Regime Fiscal: Para uma Agenda de Pesquisas sobre Democracia e Austeridade. **Dados**, v. 63, 2020, p. 2 – 39.

TAVARES, Francisco Mata Machado. A nova sociologia fiscal: contribuições de um estudo de caso de tipo público para uma promissora subdisciplina na sociologia brasileira. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, 2019.

TAVARES, Francisco Mata Machado; SILVA, Janaína Lima Penalva da. Neoliberalismo como Autoritarismo no Brasil Contemporâneo: declínio democrático e perecimento constitucional em nome do mercado, da ordem e da família. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 41, 2021.

TAYLOR, Rosemary C. R.; HAAL, Peter A. As três versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, v. 58, 2003, p. 193 – 223.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

URBINATI, Nadia. Political Theory of Populism. **Annual Review**, 2019, p. 111- 127.

VOETEN, Erik. Are people really turning away from democracy. **Journal of democracy** (web Exchange), 2017.

ZIBLATT, Daniel. LEVITSKY, Steven. **Como as Democracias Morrem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

WAGNER, Adolph. Three Extracts on Public Finance. In: MUSGRAVE, Richard A; PEACOCK, Alan T. **Classics in the Theory of Public Finance**, 1994, 1-16.

WEINGAT, Barry R; WITTMAN, Donald. The Reach of Political Economy. In: GOODIN, Robert E. **The Oxford Handbook of Political Science**, 2009, 783-809.